

Seguridade Social e Tributação

Ano XXI | Nº 109 | Brasília | outubro/dezembro de 2011



Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil

INFLAÇÃO

A "arma" contra o "dragão" começa a ser questionada e aumentar taxa Selic vira coisa do passado

CRISE

Os países ricos enfrentam cenários de turbulência próprios dos países pobres e o Brasil entra em alerta

DÓLAR EM ALTA OU EM BAIXA É PROBLEMA

AVC: O QUE FAZER PARA SE PREVENIR

A PREVIDÊNCIA SALVA OS MUNICÍPIOS



**AUDITOR-FISCAL da RFB,
peça essencial para o
funcionamento do Brasil.**

O Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil trabalha pelo nosso país. É do resultado do recolhimento dos tributos que podem ser construídas escolas, hospitais, creches e tantos outros benefícios para o povo brasileiro. O Auditor-Fiscal da RFB é peça fundamental para o desenvolvimento do Brasil.



ANFIP

Associação Nacional dos Auditores
Fiscais da Receita Federal do Brasil

www.anfip.org.br

Crise de contradições

Em meio ao conturbado ambiente de crise internacional que volta a assustar o mundo, o Brasil tenta escapar, mais no discurso do que na prática, mas um balanço de final de ano deixa claro que o país vive um momento paradoxal, pois, como de costume, a contradição demonstra ser a palavra certa para definir o cenário. Enquanto o governo federal não autorizou reajuste para os servidores públicos em 2011 e nega também o reajuste para 2012, alegando dificuldades e necessidade de redobrar a cautela em decorrência da crise internacional, a arrecadação de tributos federais demonstra rigor invejável. Só para ilustrar: os números da arrecadação estão próximos da casa de um trilhão de reais. Um dado curioso: há apenas 16 anos houve uma grande comemoração quando, em 1995, a arrecadação federal atingiu a cifra de 100 bilhões de reais. E ainda há quem pense que o Brasil é um país pobre.

Ressalte-se que o crescimento real da arrecadação federal se deve ao incessante trabalho dos Auditores-Fiscais da RFB no combate à sonegação e à inadimplência, e que a concessão do reajuste tem garantia prevista na Constituição Federal, o que levou a ANFIP a impetrar Mandado de Injunção no Supremo Tribunal Federal com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, que prevê o reajuste salarial para os servidores públicos, e também no Decreto Legislativo 805/2010, que define o mês de janeiro de cada ano como data-base. O objetivo da ANFIP, portanto, é simplesmente o de obter um reajuste que tem amplo amparo legal.

O governo federal garante que não vai deixar faltar dinheiro para os investimentos e o consumo. Se for preciso, foi dito com todas as letras, o governo vai liberar parte do depósito compulsório que os bancos recolhem ao Banco Central (BC), abrindo espaço para novos empréstimos. Admite ainda usar uma parcela das reservas internacionais para garantir os financiamentos.

Dá para imaginar o tamanho da confusão. Embora as autoridades venham repetindo o apelo para que os empresários não tenham medo de

investir e os trabalhadores não deixem de consumir, a mágica não parece factível para quem bota a mão no bolso a fim de adquirir algum bem de consumo e acorda todos os dias ouvindo falar em crise financeira e em risco de desemprego.

Os analistas continuam prevendo inflação em alta, acompanhada de uma expansão econômica menor em 2012. Os discursos, em meio a essa balbúrdia, continuam contraditórios, o que provoca perplexidade.

Não apenas os índices inflacionários foram revistos como também a previsão para o PIB, que é a soma das riquezas do país. Isso, evidentemente, em sentido inverso: a inflação em ascensão e o PIB decrescendo. Mas o governo preserva a velha cantilena de manter as aparências. Nessa conjuntura, quer votar o Projeto de Lei 1992/2007, dispondo sobre a Previdência Complementar dos servidores públicos, que, evidentemente, se aprovado, deverá gerar impacto no orçamento da União e dificuldades no cumprimento às disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

A LRF, que é vista como símbolo de austeridade fiscal pelo mercado, não vai sofrer nenhuma alteração, segundo garantiu o ministro da Fazenda, Guido Mantega. Sua cautela na declaração faz sentido: a flexibilização da LRF sempre é vista com desconfiança, pois sinaliza desequilíbrio nos gastos públicos. A questão foi levantada em razão desse desastrado projeto de Previdência Complementar dos servidores públicos, que o governo tenta aprovar a toque de caixa no Congresso (nunca é demais repetir), sem submetê-lo a uma indispensável discussão profunda, diante dos reflexos negativos já previstos para o Estado e, conseqüentemente, para a Nação. Em pleno final de ano, quando é chegada a hora de cultivar o otimismo na busca de novos horizontes, fica evidente que os donos do poder parecem perdidos em meio ao mar revolto da crise.

A boa receita seria repensar o Brasil, em todos os sentidos, como bom auspício para o ano que se aproxima. Falta apenas o próprio governo compreender isso.

DIRETOR RESPONSÁVEL:
Carlos Roberto Bispo

EDITOR:
Gerson Menezes

FOTOS:
Agência Brasil e Arquivo ANFIP

CONSELHO EDITORIAL:
Álvaro Sólón de França
Carlos Roberto Bispo
José Roberto Pimentel Teixeira
Miguel Arcanjo Simas Novo
Jeziel Tadeu Fior

REDAÇÃO, COORDENAÇÃO E EDIÇÃO:
Texto e Vídeo Produções
(www.textoevideo.com.br)

REPORTAGEM:
Gerson Menezes
Luís Eduardo da Costa

EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA:
Gilmar Eumar Vitalino

CONSELHO EXECUTIVO

Álvaro Sólón de França
Presidente
Floriano José Martins
Vice-Presidente Executivo
José Roberto Pimentel Teixeira
Vice-presidente de Assuntos Fiscais
Maria do Carmo Costa Pimentel
Vice-presidente de Política de Classe
Benedito Leite Sobrinho
Vice-presidente de Política Salarial
Jeziel Tadeu Fior
Vice-presidente de Assuntos da Seguridade Social
Léa Pereira de Mattos
Vice-presidente de Aposentadorias e Pensões
Ana Mickelina Barbosa Carreira
Vice-presidente de Cultura Profissional e Relações
Interassociações
Eucélia Maria Agrizzi Mergar
Vice-presidente de Serviços Assistenciais
Márcio Humberto Gheller
Vice-presidente de Assuntos Jurídicos
Miguel Arcanjo Simas Nôvo
Vice-presidente de Estudo e Assuntos Tributários
Rosana Escudero de Almeida
Vice-presidente de Administração, Patrimônio
e Cadastro
Josemar Jorge Cecatto Santos
Vice-presidente de Finanças
José Tibúrcio Tabosa
Vice-presidente de Planejamento e Controle
Orçamentário
Carlos Roberto Bispo
Vice-presidente de Comunicação Social
João Laércio Gagliardi Fernandes
Vice-presidente de Relações Públicas
Jorge Cezar Costa
Vice-presidente de Assuntos Parlamentares
Marcos Rogério Alves Ribeiro
Vice-presidente de Tecnologia da Informação

CONSELHO FISCAL

Luiz Carlos Correa Braga
Nilo Sergio de Lima
Jonilson Carvalho de Oliveira

CONSELHO DE REPRESENTANTES

AC - Heliomar Lunz
AL - André Vilaça dos Santos
AP - Emir Cavalcanti Furtado
AM - Airton Ângelo Claudino
BA - Raimundo João Duailibe
DF - Florian Martins de Sá Neto
CE - Givanildo Aquino da Silva
ES - Rozinete Bissoli Guerini
GO - Carlos José de Castro
MA - Antonio de Jesus Oliveira de Santana
MS - Vandereli Veiga Tessari
MT - Benedito Cerqueira Seba
MG - Afonso Ligório de Faria
PA - Avelina Marinho de Oliveira
PB - Lucimar Ramos de Lima Ramalho
PR - Ademar Borges
PE - Paulo Correia de Melo
PI - Lourival de Melo Lobo
RJ - João Barros Padilha
RN - Maria Aparecida Fernandes P. Leme
RS - Marville Taffarel
RO - Eni Paizanti de Laia Ferreira
RR - André Luiz Spagnuolo Andrade
SC - Pedro Dittrich Junior
SP - Margarida Lopes de Araujo
SE - Jorge Lourenço Barros
TO - Francisco Raia

Esta edição: 20.000 exemplares. Distribuição gratuita
A assinatura da Revista da Seguridade Social é gratuita. Envie seus dados (nome e endereço completos) para o email cadastro@anfip.org.br
Permitida a reprodução total ou parcial dos textos, desde que citada a fonte. As matérias e artigos publicados não refletem, necessariamente, a opinião do Conselho Executivo da ANFIP.

AO LEITOR

Os países desenvolvidos entram em polvorosa e os pobres ficam na expectativa. O cenário atual na Grécia, na Itália, na França e em outros “grandes” assusta quem está acostumado a saber que a “corda sempre arrebenta do lado mais fraco”. As autoridades do governo buscam repelir o medo e recomendam que as pessoas não deixem de consumir, como forma de “espantar” a crise. A revista não poderia ficar alheia a esse ambiente de dúvidas e ouviu especialistas sobre aquilo que parece um mundo “em transformação”. Entre os muitos entrevistados está a deputada grega Sofia Sakorafa, que fala sobre as dificuldades do seu país, praticamente no “centro” da crise, ou, como se diz popularmente, no “olho do furacão”.

É dentro desse conturbado mundo que o Brasil luta contra suas eternas crises. O especialista em finanças públicas Amir Khair, que tem alcançado destaque em suas análises sobre conjuntura, aborda não só a crise nos Estados Unidos e na Europa como suas conseqüências no Brasil, analisa aspectos relacionados à competição internacional e, por fim, deixa claro que a antiga “receita” para o combate à inflação brasileira está equivocada, uma vez que o aumento da taxa Selic, em vez de baixar os índices, faz aumentar a inflação. É o caso típico do remédio que acaba matando o doente.

E por falar em doença, os leitores terão a oportunidade de se informar sobre um dos males que mais vem preocupando a sociedade moderna: o AVC, ou acidente vascular cerebral, o tristemente famoso “derrame cerebral”, que, apesar de assustador, pode ser evitado mediante hábitos saudáveis de alimentação e a prática de exercícios regulares, de preferência acompanhada de perto por especialistas para evitar excessos ou equívocos pelo vício do desconhecimento.

A revista traz ainda, entre outros temas, artigo sobre a Previdência Social e a economia dos municípios, no qual, mais uma vez, fica demonstrada a força do sistema de Seguridade Social como mecanismo de combate à pobreza, capaz de determinar a sobrevivência da maioria dos municípios brasileiros.



CARTAS

Perversidade

Um país que onera em carga tributária os menos favorecidos ou mais pobres (reportagem "Menos mandatos, melhores impostos, - edição nº 107 da Revista Seguridade Social e Tributação), com o agravante, ainda, de não dar retorno, à população, dos bens primordiais à qualidade de vida no que diz respeito à dignidade social (saúde, educação, saneamento básico, etc.), tende com tal perversidade à instabilidade democrática, política e social, pois tem as bases da pirâmide econômica corroídas e insustentáveis. Não é realmente, desse modo, um país sério. Tiradentes deu a vida por esta causa, não aceitar a tributação perversa imposta à população na época. Hoje tantas outras vidas são ceifadas nos hospitais dos "SUS", sigla esta que poderia se definir como: "Somos Uns Sem Saúde", pois à Saúde, a maioria não tem acesso. E assim, diuturnamente, centenas de "Tiradentezinhos", muitos deles crianças, padecem, perdem a vida, naqueles hospitais que deveriam lhes salvar. Paga-se o preço da malversação administrativa, política e econômica e a corrupção endêmica de nosso país. É isto: nossa tributação é regressiva, e mal administrada. Assim sendo, a Educação fica desvalida, a maioria fica prejudicada no acesso ao conhecimento. Sem conhecimento, fica-se sem noção dos hábitos mais elementares da higiene; portanto, expostos às doenças. Sem saneamento, a desgraça aumenta, hospitais superlotados e sem condição de

atendimento, profissionais da saúde insatisfeitos e mal pagos. Vidas que se vão, vidas que se perdem e isto é uma tragédia social. Mas por que isto ocorre assim, se bastaria, no conduzir do processo, mudar o rumo? A fórmula está ali detalhada pelo nobre deputado entrevistado. Não chega então a ser uma caixa preta a quatro mil e quinhentos metros de profundidade e que mesmo assim foi resgatada, ao contrário: nosso sistema tributário perverso flutua num oceano de ondas intensas e imensas com risco iminente de provocar gigantesco Tsunami. De que adianta "um berço esplêndido" sem divisão democrática das riquezas deste berço? - e apenas poucos permanecerem eternamente deitados nesse berço?

Edson Alves Cruz de Lima

Rio de Janeiro - RJ

Felicitações

Recebemos e agradecemos a revista Seguridade Social e Tributação, Ano XXI, Nº 108, de jul./set. de 2011. Aproveitamos para desejar Feliz Natal e um Ano Novo repleto de Paz e de Alegrias.

Rozangela Zelenski

Biblioteca Central da Universidade Federal de Mato Grosso

ENVIE SUA CARTA

Envie sua carta, com nome e endereço completos, para o seguinte email: comunicacao-social@anfip.org.br

SUMÁRIO 7



Para gregos

Sofia Sakorafa, a única integrante do parlamento grego a votar contra o acordo entre o seu país e o FMI, explica a crise na Grécia. A deputada participou, em Brasília, do III Seminário Internacional Latino-Americano – Alternativas de Enfrentamento à Crise, realizado do dia 5 a 7 de outubro. Ela afirma que a principal culpada pela crise é a Alemanha

Selic inflacionária

Combater a inflação aumentando a taxa Selic começou a virar coisa do passado. Segundo o mestre em Finanças Públicas Amir Khair, aumentar a taxa Selic desestimula os investimentos e encarece o capital de giro das empresas. "Em vez de atenuar a inflação, a Selic a agrava", garante ele em entrevista.



10

14



AVC tem jeito

Embora a sigla assuste e até cause pânico em muitas pessoas, o chamado "Acidente Vascular Cerebral" pode ser prevenido mediante uma alimentação correta e exercícios físicos regulares e bem monitorados. Controlar a pressão arterial é um dos itens indispensáveis.

Flutuante e complicado

Se o dólar cai, os exportadores reclamam, porque os produtos brasileiros ficam mais caros no exterior. Se é o real que começa a ficar muito desvalorizado, sofre a economia brasileira, com os reflexos sobre os preços internos, inclusive sobre as tarifas públicas. De qualquer modo, especialistas dizem que câmbio flutuante ainda é a melhor opção.



17

20



Terceira via

Crise nos países ricos repete cenários de convulsão próprios dos países pobres, que, de qualquer maneira, são os principais ameaçados, dentro da velha lógica segundo a qual a corda "sempre arrebenta do lado mais fraco". Diante das repetidas crises do capitalismo, especialistas começam a se indagar se é o momento de se pensar de novo na "terceira via".

Previdência e Municípios

Embora tenha havido melhorias na distribuição de renda dos brasileiros nos últimos anos, com grande colaboração da Previdência Social, ainda somos um país desigual. O crescimento econômico e a distribuição de renda são duas faces da mesma moeda e o país precisa crescer "para os pobres", gerando renda, emprego e inclusão previdenciária para os mais desprovidos.



24

37



Ideias e debates

Pensar "Direito & Desenvolvimento" implica colocar-se diante da seguinte pergunta: como pode o direito colaborar no desenvolvimento econômico e social do Brasil? Quem responde a essas e a outras questões é o professor Eurico Marcos Diniz de Santi, em artigo.

Para troianos... e gregos

Por **Verônica Soares**
Especial para a revista *Seguridade Social e Tributação*



EM BRASÍLIA, A DEPUTADA GREGA SOFIA SAKORAFÁ FAZ UMA AVALIAÇÃO DAS DIFICULDADES ENFRENTADAS POR SEU PAÍS

Na semana em que o acordo entre Grécia e Fundo Monetário Internacional (FMI) sacudiu as bolsas de valores por todo o mundo e marcou uma série de protestos naquele país, Brasília recebeu a deputada grega Sofia Sakorafa. A parlamentar, que foi a única a votar contra o acordo entre o seu país e o FMI no início da crise, veio ao Brasil participar do III Seminário Internacional Latino-Americano – Alternativas de Enfrentamento à Crise, realizado do dia 5 a 7 de outubro. O seminário, organizado pela Auditoria da Dívida Cidadã e pelo Comitê pela Anulação da Dívida do Terceiro Mundo (CADTM – AYNA), abriu uma série de discussões sobre a verdadeira causa da crise financeira mundial, a especulação imobiliária, os problemas sociais que envolvem alimentação e meio ambiente e o modelo de acumulação capitalista.

A conhecida ativista e ex-campeã olímpica no lançamento de dardo de seu país, Sofia Sakorafa, destacou temas relevantes, tais como: quais os fatores que levaram o seu país à crise e a relação com a União Européia. Para ela, a Alemanha é a principal culpada pela situação em que a Grécia e a Europa se encontram. E nesse contexto, na avaliação de Sakorafa, um dos principais fatores que contribui para o agravamento da crise mundial é a falta de política centralizada nas necessidades dos seres humanos. “Hoje, todo o mundo está voltado para a hiperprodução. Com a desculpa de competição de mercado, o sistema capitalista, cada vez mais, oprime os trabalhadores”, explica. Na avaliação da deputada, a Grécia está servindo de cobaia para o restante dos países da União Européia cujo único ponto em comum, em sua leitura, é a moeda.

Além das diferentes necessidades, Sofia destaca que a Alemanha quer se mostrar como membro mais forte da União, por meio de uma dura política econômica. Para ela, é cada vez mais claro que a Alemanha exerce mais pressão sobre os governos para oprimir a maior parte da classe trabalhadora. “O processo que está acontecendo na Europa é o mesmo que está acontecendo na China. Ou seja, chineizar a mão-de-obra, ganhar pouco produzindo muito, e há no mercado produtos mais baratos e com os quais não podemos competir, o que seria ação livre do capital sem regras, normas, sem nada, sem obrigações”, explica.

“Quem nos obrigou a entrar nessa foi a liderança da Alemanha. Um país que já declarou guerra contra a

Grécia, queimou, destruiu o país e que nunca pagou e agora dita as regras na Europa”, lembra a parlamentar. Entre os fatores, ela destacou o período pós-guerra. Segundo Sofia, para tirar a Alemanha da crise naquele período, os países europeus foram obrigados a praticamente anular a maior parte da dívida alemã. Até mesmo a reunificação da Alemanha foi paga pelo euro. “Agora, numa aliança mundial, vem tentar destruir a Europa pela terceira vez dentro de um século. Nesse momento a Alemanha exporta tudo para a UE, mas o país não produz tudo. Quem é o celeiro da Europa são os países do Sul. Nós produzimos alimentos, eles produzem máquinas. E agora as compram da China. Mas isso, para um povo que sempre luta pela liberdade, é algo triste”, avalia.

Segundo ela, o déficit da Grécia na União Européia é de apenas 0,2%; portanto, não é a dívida a responsável pela crise. Na sua avaliação, as greves e as manifestações que o país enfrenta são apenas um reflexo de que o povo está começando a compreender, nesse momento, que não é ele o verdadeiro culpado pela crise econômica. “O que nós temos como déficit eles têm como sobra. Se quisermos falar em justiça e em verdadeira união na Europa, essa prática tem que parar. Não basta ter moeda comum, tem que haver políticas em comum entre os países”, frisa ela.

“Trata-se exatamente de um experimento com a perspectiva de que isso se espalhe pela Europa inteira. Nesse momento, a UE tem duas velocidades: o centro, Alemanha e França; e os países periféricos que servem como cobaia. O que, na verdade, seria a mão-de-obra barata. Trabalha o sul para que se privilegie o norte”, completa a deputada grega.

ACORDO COM O FMI

Para ela, o acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) não representa a solução para a Grécia. Sofia frisa que, quando o país assumiu o acordo, há um ano e meio, mostrou que aquela era uma medida vergonhosa e com procedimentos totalmente antidemocráticos. Uma prova disso, em seu entendimento, é que o acordo não foi discutido no Parlamento Grego, mas apenas pelas lideranças Pasok (Movimento Socialista Pan-helênico) e o ND (Nova Democracia). “Foi autorizado que o ministro das Finanças passasse a ter o poder de discutir, negociar, decidir

e assinar acordos desse nível fora do parlamento e sem o conhecimento do povo. Se tivesse mostrado que isso traria um passo de melhora para o povo grego, talvez houvesse alguns que acreditassem que aquele primeiro acordo em 2010 poderia nos salvar. Mas depois veio o segundo acordo, e o terceiro, com termos e cláusulas e condições muito piores com pressões terroristas e ameaças”, diz ela.

AUDITORIA DA DÍVIDA

A auditoria da dívida da Grécia seria uma das soluções mais viáveis. Conforme Sofia, o próprio premiê grego já declarou anteriormente que existe corrupção em vários setores do governo. “É mais do que evidente que, já que um líder reconhece uma falha dessas, o povo reaja contra. A alternativa é fazer a auditoria para fiscalizar as finanças. Assim procedendo, ficaria comprovado que grande parte dessa dívida não é verdadeira”, pontua. “Depois se escolhe o que fazer, se vamos considerá-la legal, ilegal ou negociável. Mas o primeiro passo seria conscientizar sobre o que é essa dívida por meio de uma comissão de auditoria independente”, argumenta.

Segundo Sofia, o que o país passa hoje é reflexo do mecanismo de corrupção. Descobrir quem são os verdadeiros culpados por essa corrupção seria um passo importante. “Saber se eles são as grandes multinacionais que são diretamente ligadas aos governos deles. Pegamos 38 bilhões de euros da caixa comum de apoio da UE. Desse dinheiro, nenhum centavo foi para salário ou aposentadoria, tudo foi para pagar os juros da dívida”, denuncia.

FALÊNCIA

De acordo com Sakorafa, cada vez mais se usa a desculpa de que o acordo com o FMI é uma medida para evitar a falência da Grécia. Mas, em sua avaliação, o país já está falido. Hoje, o país que tem 10 milhões de pessoas conta com um milhão de desempregadas. “Por dentro já estamos falidos; só não foi colocado no papel. Eles já cortaram de 40% a 60% de nossos salários; quando o dinheiro que não dá eles pegam de volta em forma de juros. Em relação à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), a Grécia esta obrigada a comprar equipamento bélico deles porque eles impõem as condições de empréstimo. Grandes taxas de juros,

um assalto. Em troca, damos o nosso patrimônio como garantia e eles esperam que o povo grego se contente e se comporte”, desabafa.

Para ela, na atual conjuntura, a União Europeia não vai deixar a Grécia falir. Isto porque não seria bom para a UE que um dos mais fundamentais países da União declare falência. Em contrapartida, se não deixarem a Grécia falir, na avaliação da deputada, as consequências para o povo grego serão piores. “A Grécia não vai declarar falência. Eles é que vão nos declarar falidos. Nós praticamente já estamos falidos, não há mais recursos. Só que não foi a Grécia que faliu. Não é que pegamos dinheiro público, saímos, comemos. Nós nos submetemos às regras da UE que, desde o começo, tinha esse propósito: guiar os países menores ao ponto para ter mão de obra barata”, explica.

BRASIL

A deputada encerra a conversa fazendo uma breve análise econômica do Brasil e dos jogos que o país vai receber em 2014 e em 2016. Sofia destaca que a realização das olimpíadas de Atenas, em 2004, também foi um ponto crucial para o agravamento da dívida do país. Segundo a deputada, até hoje, o povo grego ainda não sabe quanto custou ao país realizar os jogos. Numa comparação com o Brasil que vai sediar a Copa do Mundo em 2014 e as Olimpíadas em 2016, ela diz que esses dois eventos podem representar uma oportunidade, mas também mergulhar o país em dívidas. E para que o Brasil não cometa o mesmo erro que a Grécia, é necessário saber quais as reais intenções por trás dos jogos. Saber se esses eventos não foram impostos pelo governo ou por outros interesses financeiros. “Antes que eles imponham o que deve ser feito, o Brasil tem que ter planejamento desde o começo sobre o que vão fazer depois dos jogos, o famoso legado – a infraestrutura, o gasto, o desenvolvimento. É preciso se tomar proveito disso”, explica.

Na avaliação de Sofia, apesar da desigualdade, o Brasil está caminhando na direção certa. Prova disso é que está dentro das quatro economias emergentes, além de ser a sétima economia do mundo. “Acompanho o máximo que posso e dá para perceber que existe um país de duas velocidades: um com desenvolvimento acelerado e outro que está ainda sofrendo com a pobreza. Mas acho que logo essas duas partes vão se equilibrar”, finaliza.

“
É
PRECISO
REDUZIR
RAPIDAMENTE
A TAXA
SELIC”

Amir Khair

Consultor na área fiscal, orçamentária e tributária e ex-secretário de Finanças da Prefeitura de São Paulo

A pesar de toda a expectativa que invariavelmente cerca as reuniões do Copom (Comitê de Política Monetária), diante das dúvidas quanto ao comportamento do governo frente à inflação, a taxa Selic não causa reflexos na inflação brasileira, pois não altera o preço dos alimentos, transportes, habitação, preços internacionais, serviços, oferta de crédito e valor das prestações, que explicam a evolução do IPCA.

A advertência é do mestre em Finanças Públicas pela EAESP/FGV (Fundação Getúlio Vargas), Amir Khair, em entrevista exclusiva à revista *Seguridade Social e Tributação*. Khair, que também é engenheiro, formado pelo ITA (Instituto Tecnológico de Aeronáutica), derruba os mitos sobre esse método que, normalmente, é visto como mecanismo de controle inflacionário. Segundo ele, o que o aumento da taxa Selic faz é desestimular os investimentos e encarecer o capital de giro das empresas. “Em vez de atenuar a inflação, a Selic a agrava”, garante.

Ex-secretário de Finanças da Prefeitura de São Paulo (1989/92), Khair atualmente é consultor na área fiscal, orçamentária e tributária. Em sua atuação à frente de vários estudos, coordenou a elaboração do Manual de Orientação para Crescimento da Receita Própria Municipal da FGV-SP, sob o patrocínio do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), e elaborou o Guia de Orientação para as Prefeituras – Lei de Responsabilidade Fiscal, do BNDES e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2000. Destacam-se ainda, entre seus trabalhos, as assessorias em gestão financeira nas prefeituras de Belo Horizonte (MG), Salvador (BA), Goiânia (GO), Ipatinga (MG), Londrina (PR), Angra dos Reis (RJ) e Juiz de Fora (MG), e também a criação de um sistema de acompanhamento de gestão fiscal para a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

Nesta entrevista, Amir Khair fala sobre as crises europeia e norte-americana e seus reflexos

sobre o Brasil e aborda, entre outros assuntos, a proposta do governo de desoneração da folha de pagamentos, um tema sobre o qual a ANFIP vem se pronunciando constantemente, por considerar que a discussão está se mantendo num nível superficial e, muitas vezes, equivocado.

Leia a íntegra da entrevista a seguir:

O governo tem procurado amenizar os possíveis reflexos da crise europeia, embora as declarações muitas vezes acabem sendo contraditórias. No seu entendimento, qual é exatamente a dimensão dessa crise e quais os reflexos diretos sobre o Brasil?

Tentando aplainar a crise, a União Europeia chegou a um acordo para recapitalizar os bancos na reunião dos 27 países pertencentes ao bloco, em Bruxelas, no dia 26 de outubro, e a zona do euro conseguiu, no dia 27 de outubro, com os bancos credores, uma redução de 50% na dívida da Grécia. Além disso, acertaram o aumento da capacidade de resposta do Fundo Europeu de Estabilidade Financeira (FEEF) para 1 trilhão de euros. Dotado atualmente de 440 bilhões de euros, o Fundo é insuficiente para socorrer um país como a Itália, terceira economia da Eurozona. Resta ver como essas decisões serão implementadas.

Está havendo uma inflexão na política suicida de jogar toda a conta em cima da população dos países mais expostos fiscalmente, pois isso derrubou a economia, reduziu a arrecadação mais do que o corte de despesas, afastou mais ainda o objetivo do saneamento fiscal, criou intranquilidade social e desgaste político dos governos.

Creio que o deságio para dívida grega tenha que ser superior a 60%. É necessário ceder os anéis para não perder os dedos.

Segundo o Relatório de Estabilidade Financeira Global do FMI, quase metade dos €6,5 trilhões de títulos de governo da zona do euro apresentam riscos de crédito crescentes. A precária situação dos bancos indica novo aperto da oferta de crédito, junto com indicadores da zona do euro, que mostram uma recessão a caminho.

A repercussão da crise europeia para o Brasil é na redução das exportações para a região e, caso haja problemas na implementação das medidas anunciadas, poderá ocorrer quebra de bancos, repercussões na oferta de crédito e desvalorização cambial do real.

De qualquer forma, o Brasil não seria tão afetado como os EUA e a China, que destinam parcela significativa de exportações para a região. Temos alguns pontos fortes para enfrentamento da crise: a) elevado potencial para desenvolvimento do mercado interno; b) fundamentos macroeconômicos bons e em processo de melhora; c) sistema financeiro não carrega títulos podres e está capitalizado acima das exigências internacionais.

A situação nos Estados Unidos também tem se mostrado difícil. Alguns estudiosos do cenário internacional, no entanto, atribuem todo o embaraço do governo Obama a uma disputa interna no partido Republicano e a uma suposta ação destinada a impedir que o governo encabeçado por um afrodescendente tenha sucesso. Ou seja: a questão seria mais política (e racista) do que econômica. O Sr. vê sentido nessa avaliação? Novamente, a grande indagação é: até que ponto o Brasil será afetado?

Nos EUA, no campo político, tem-se a queda de braço entre democratas e republicanos antecipando a disputa presidencial. A economia não reagiu às elevações da liquidez conduzidas pelo Fed (banco central americano) e a última decisão de troca de títulos de curto prazo por longo prazo revelou a falta de alternativas de saída para a crise americana.

O anúncio da “Operação Twist” pelo Fed, com o argumento de que há “riscos significativos” para a economia americana, trouxe alarme e incertezas ao mercado.

Embora possa ter um componente racista na disputa política devido a parcela da população que ainda mantém traços racistas, o que prepondera é a estagnação econômica com nível elevado de desemprego.

O reflexo para o Brasil da crise americana está na redução das nossas exportações para os EUA.

Os juros bancários no Brasil partem da visão de que nossa inflação é uma inflação de demanda, entre outras características, razão pela qual as altas taxas teriam o objetivo de cortar o crédito e diminuir o consumo. São conhecidos os reflexos dessa política, que atrai o capital especulativo e se reflete sobre o câmbio. Qual a solução?

Não creio que haja inflação de demanda, uma vez que os bens comercializáveis que representam $\frac{3}{4}$ do consumo podem ser fornecidos pelas importações a preços cadentes, dada a super oferta internacional. Há, sim, impacto da inflação externa nos alimentos e nas commodities, que já está se desfazendo diante da crise nos EUA e na Europa.

A Selic não controla a inflação, pois não altera o preço dos alimentos, transportes, habitação, preços internacionais, serviços, oferta de crédito e valor das prestações, que explicam a evolução do IPCA. Serve, no entanto, para desestimular os investimentos e encarecer o capital de giro das empresas, reduzindo a oferta atual e futura. Assim, em vez de atenuar a inflação, a Selic a agrava.

Em resposta aos males causados pela Selic não há outra alternativa senão reduzi-la rapidamente, pois não afeta a demanda (afetada pela inflação e pela oferta de crédito às taxas de mercado, bem superiores e independentes da Selic).

As vantagens da redução da Selic são muitas, além da economia com juros: a) não artificializa o câmbio, que torna inviável nossa competitividade interna e externa; b) reduz o déficit externo ao melhorar a balança comercial, reduzir as remessas de lucros e dividendos e as viagens internacionais; c) reduz o custo de carregamento das reservas internacionais, que pode atingir este ano R\$ 100 bilhões (!); d) não desestimula o investimento das empresas, muito sensível ao nível da Selic; e) melhora a distribuição da renda e; f) dado o seu elevado nível, pode ser reduzida.

É recorrente a visão de muitos analistas em afirmar que os gastos públicos são excessivos e que há a necessidade de corte para que se consiga atingir o

superávit primário, principalmente em se tratando de despesas de custeio. O Sr. é adepto da ideia de que os gastos públicos são um problema para o país? Como o Sr. vê a atual política de ajuste fiscal do governo Dilma?

As despesas de custeio se dirigem principalmente para a área social. Daí a sua importância. A desvantagem de aumentar o superávit primário é agravar ainda mais o elevado déficit social e de infraestrutura. O superávit primário de 3,1% do PIB, meta deste ano, já é um nível elevado nas comparações internacionais, que estão no campo negativo. No extremo oposto está a Selic, que ocupa o mais elevado nível há muitos anos no confronto internacional. Fica claro que a opção da política fiscal é aproximar a Selic do nível internacional. Essa é a principal e verdadeira responsabilidade fiscal. O governo Dilma já percebeu isso e quer a Selic em 9% em 2012. O que falta é acelerar esse processo, que caminha lentamente no Copom.

Recentemente o ministro da Fazenda Guido Mantega afirmou que a desoneração da folha é fundamental para que o setor produtivo reduza seus custos de produção e se torne mais competitivo, e que a desoneração de quatro setores é experimental, pois a ideia é generalizá-la no futuro. O Sr. concorda que essa seja uma medida economicamente eficaz, quer seja para melhorar a competitividade das empresas, quer seja para promover a criação de novos postos formais de trabalho, como afirmam?

Prefiro a desoneração tributária para os setores que produzem bens de consumo popular, que não parecem ser o foco dos quatro favorecidos. Outra alternativa é, ao invés de desonerar o INSS das empresas, desonerar o INSS dos assalariados, compensando com tributação de IOF no setor financeiro, que seriam destinados à Previdência Social. Essa desoneração gera maior poder de compra e os postos de trabalho aumentam com o consumo das classes populares. Daí sua importância estratégica. Portanto, não generalizaria a todos os setores, como parece ser a intenção do ministro.



Amir Khair

“Prefiro a desoneração tributária para os setores que produzem bens de consumo popular”

AVC

TRÊS LETRINHAS QUE ASSUSTAM



AVC

é a sigla para Acidente Vascular Cerebral, que, como o próprio nome indica, está relacionado a uma ocorrência no cérebro ligada à circulação sanguínea. Popularmente, é conhecido como “derrame cerebral”. Como em todas as doenças, há sempre os chamados “fatores de risco”, ou seja, as condições de saúde em que se encontra a pessoa e os seus hábitos de vida. A literatura médica registra que a pressão arterial alta é o principal fator de risco para a ocorrência de AVC. Mas há outros fatores que aumentam o risco, tais como: diabetes, a existência de alguém na família que já tenha tido um AVC (ou seja, o chamado “histórico familiar”), doenças cardíacas, colesterol alto e fibrilação atrial, que se caracteriza pela anormalidade do ritmo do coração, com batimentos rápidos e irregulares. De um modo geral, pode-se dizer que a idade avançada também se insere entre os fatores de risco, até porque as demais condições apontadas também tendem a estar presentes com mais frequência. Isso significa dizer também que, quanto mais avançada a idade, maior a necessidade de adotar hábitos saudáveis, tais como exercícios físicos regulares (caminhar é uma ótima opção), diminuir ao máximo as gorduras na alimentação e evitar fumo e bebidas alcoólicas. Há também medicamentos que aumentam a probabilidade de ocorrência de coágulos de sangue e, portanto, os riscos de ocorrência de um AVC. Pílulas anticoncepcionais também podem aumentar as chances de aparecimento desses coágulos, especialmente em mulheres que fumam e que têm mais de 35 anos.

Em linguagem simples, pode-se dizer que o AVC é uma interrupção do fornecimento de sangue para qualquer parte do cérebro. Ocorre quando o fluxo de sangue é interrompido porque um vaso sanguíneo nesse órgão está bloqueado ou se rompe. Se a circulação do sangue for interrompida por mais do que alguns segundos, o cérebro não consegue obter sangue e oxigênio. As células cerebrais podem morrer, causando danos permanentes. As sequelas também podem ser superadas, o que varia de paciente para paciente.

Há dois tipos de AVC, o isquêmico e o hemorrágico, este mais perigoso. O AVC Isquêmico ocorre quando um vaso sanguíneo que fornece sangue ao cérebro é bloqueado por um coágulo de sangue. Esse coágulo pode se formar em uma artéria que já está muito estreita, ocorrendo o chamado “trombo”. Se esse trombo bloquear completamente a artéria, dá-se o nome de AVC trombótico. A embolia, que causa o AVC embólico, surge quando um coágulo se desprende de outro lugar nos vasos sanguíneos do cérebro ou de alguma outra parte do corpo e se desloca até o cérebro, bloqueando uma artéria menor. AVCs isquêmicos podem resultar de artérias obstruídas, dando origem à arteriosclerose. Esse fenômeno pode afetar as artérias dentro do cérebro ou as artérias no pescoço que levam sangue ao cérebro.

Gordura e colesterol estão entre as substâncias que podem se acumular nas paredes das artérias, formando as chamadas placas. Ao longo do tempo, essas placas aumentam gradualmente, dificultando o adequado fluxo do sangue, que pode coagular. AVCs isquêmicos também podem ser causados por coágulos de sangue que se formam no coração ou em outras partes do corpo.

Um derrame potencialmente perigoso é o que afeta o tronco cerebral, podendo levar à morte. A gravidade decorre do fato de que essa área do cérebro controla funções como respiração e instrução para o coração bater

Já o AVC hemorrágico ocorre quando um vaso sanguíneo em parte do cérebro fica fraco e se rompe, fazendo com que o sangue se espalhe. Há pessoas que têm imperfeições nos vasos sanguíneos do cérebro, do que resultam mais riscos. O fluxo de sangue que ocorre depois de o vaso sanguíneo se romper danifica as células do cérebro.

OS SINTOMAS

O que uma pessoa acometida por um AVC sente depende da parte do cérebro que é afetada. Há casos até em que a pessoa pode nem mesmo perceber que teve um derrame, quando os sintomas são mais leves. Normalmente essas pessoas sentem, por exemplo,

uma dormência em alguma parte do corpo e não atribuem esse sintoma à doença. Se a ocorrência for de baixa gravidade, a pessoa se recupera e não chega a apresentar sequelas.

O AVC pode causar dor de cabeça, especialmente se for causado por hemorragia no cérebro. A dor de cabeça começa de uma hora para outra e pode ser bastante forte, às vezes piorando quando a pessoa muda de posição ou quando se curva, ou ainda quando se estica ou quando tosse. Dependendo da gravidade do AVC, os sintomas podem incluir alterações na agilidade, causando sonolência, inconsciência e até mesmo o coma. Podem ocorrer ainda alterações na audição e no paladar, confusão ou perda de memória, dificuldade para engolir, para escrever ou para ler, vertigens, perda de equilíbrio e de coordenação motora, dormência ou formigamento em um lado do corpo, alterações de humor ou de natureza emocional, problemas de visão, que pode ficar reduzida, provocar visão dupla ou mesmo a perda total da visão; falta de controle sobre a bexiga ou os intestinos, insensibilidade cutânea, fraqueza nos músculos da face, do braço ou da perna (geralmente apenas em um lado), dificuldades para caminhar, para falar ou para compreender o que os outros estão falando. É importante frisar que a ocorrência de um ou mais sintomas, concomitantes ou isoladamente, não induz necessariamente à conclusão de que a pessoa sofreu um derrame, o que somente pode ser diagnosticado mediante exames médicos específicos. É de fundamental importância, no entanto, que a pessoa procure imediatamente ajuda médica, pois, quanto mais rapidamente isso for feito, maiores as chances de obter sucesso no combate ao mal.

Como evitar um AVC? A resposta já é conhecida: hábitos saudáveis de alimentação,

exercícios regulares, mas bem orientados, controle dos fatores de risco, como o colesterol alto e a pressão arterial, evitar o fumo e bebidas alcoólicas em quantidade. É fundamental evitar também o uso de medicamentos sem a devida prescrição médica, pois, conforme já se assinalou, há medicamentos que predispõem ao AVC, como os anticoagulantes. Tomadas todas as precauções e ainda assim ocorrendo o AVC, é preciso recorrer a auxílio médico especializado para obter a recuperação do paciente, que pode ser total ou parcial, mas, dependendo da gravidade, eventualmente pode não surtir os resultados esperados em alguns pacientes.

É necessário frisar que, embora sendo uma doença do cérebro, o acidente vascular cerebral pode afetar todo o organismo. Uma sequela comum é a paralisia completa ou a fraqueza de um lado do corpo. Podem ocorrer também problemas de pensamento, dificuldades de natureza cognitiva, de aprendizado, de atenção, de julgamento e de memória, além de problemas emocionais, com o paciente apresentando dificuldades de controlar suas emoções ou então vindo a expressá-las de forma inapropriada. Há ainda casos de pessoas que, após sofrerem um

AVC, são acometidas de doenças depressivas.

Para quem ainda não está convencido da gravidade da doença, é bom lembrar que o acidente vascular cerebral é uma das doenças que mais matam, não só no Brasil como no mundo. Segundo o balanço referente a 2008, a ocorrência foi de cerca de 10% do total de mortes no mundo, com aproximadamente 6 milhões de óbitos, concentrados principalmente em países pobres. Para 2015 a previsão é de 18 milhões de casos novos de AVC e, para 2030, de 23 milhões de novas ocorrências, segundo dados preliminares.

Alimentação sem gordura e exercícios regulares ajudam a evitar o AVC

Samba do câmbio doido



O recente repique da crise financeira internacional por causa da dívida soberana dos países da zona do Euro trouxe ao debate a questão do câmbio, há alguns anos tema de preocupação de empresários e de economistas. De pouco mais de R\$ 1,50, o dólar - que a esse patamar provocava perda de competitividade dos produtos brasileiros - oscilou para cima e chegou a perto de R\$ 2,00 no auge da crise grega, fazendo com que essa desvalorização do real provocasse um outro efeito danoso para nossa economia: a inflação, já fora da meta, de 6,5% ao ano.

O economista Flávio Versiani, professor do Departamento de Economia da Universidade de Brasília, explica que a desvalorização do real provoca vários reflexos na economia brasileira. Além das importações, ficam mais caras também as remessas de dólares para o exterior, como amortizações e juros de dívidas contraídas no mercado financeiro internacional.

- Caso a desvalorização seja significativa e persistente, isso pode trazer problemas para grandes empresas que tenham procurado se beneficiar dos juros mais baixos no exterior. E também para quem tenha apostado na continuação da valorização do real, no mercado futuro, como ocorreu com a Sadia e com outras companhias em 2008, diz Versiani.

Além desse aspecto, a desvalorização também pressiona os preços internos, alimentando a inflação. Mas aqui há a outra face da moeda: "A desvalorização pode, contudo, favorecer tanto os exportadores, como a indústria manufatureira, que enfrenta forte concorrência dos produtos importados". Para o economista, o câmbio flutuante ainda é a melhor política, embora tenha suas contradições.

- Alguns setores da sociedade ganham com a desvalorização - ou com a valorização-, enquanto outros perdem. De forma geral, o melhor é uma taxa de câmbio que não sofra variações bruscas, de tal forma que os agentes econômicos - importadores, exportadores, investidores, o governo - possam se planejar e também se adaptar às mudanças de natureza mais estrutural que venham a ocorrer, como o aumento nos preços de commodities provocado pela demanda chinesa, o que expande as exportações e tende a valorizar o real, salienta.

Versiani afirma que cabe ao Banco Central procurar evitar essas oscilações bruscas. Quanto à paridade ideal entre o real e o dólar, esta é a pergunta de um milhão de dólares. "Os exportadores gostariam do dólar a R\$ 4,00, como em 2003; já quem quer levar os filhos à Disney tem saudade do dólar a R\$ 0,85, como em 1995."

O economista Dércio Munhoz, ex-presidente do Conselho Federal de Economia e do Conselho Nacional da Previdência Social e atualmente membro do Conselho Consultivo do IPEA, tem uma visão diferente. Para ele, o problema central é justamente o câmbio flutuante e a conseqüente livre movimentação de capitais externos que, segundo ele, fazem parte do arsenal do modelo de Estado mínimo do mercado financeiro internacional.

Segundo o professor Dércio Munhoz, o mercado financeiro, sob a bandeira do neoliberalismo, "impôs o laissez-faire nos mercados financeiros desde o final dos anos 1980, com a desregulamentação que levaria ao desastre da crise do subprime de 2008." Fazia parte dessa estratégia, ainda de acordo com o economista, tornar os bancos centrais independentes, assumindo atribuições do Poder Executivo nos Estados nacionais, "numa tomada de poder, sem votos, sob a falácia de que os governos eram fracos, incapazes de administrar, de controlar os gastos públicos".

Dércio Munhoz sublinha que a taxa de câmbio constitui ferramenta essencial destinada a tornar mais fácil e mais seguro o comércio entre países. E para que possa desempenhar o seu papel terá de operar com o máximo de neutralidade, assegurando a estabilidade dos preços relativos entre um país e o resto do mundo. Segundo o professor, as flutuações da paridade da moeda de um país em relação às demais moedas não deveriam provocar vantagens ou desvantagens dos produtores locais frente a seus concorrentes externos, e vice-versa.

- O câmbio não pode flutuar livremente ao sabor das ações especulativas. Câmbio tem de ser um conversor neutro, com taxas de compra e venda garantidas pelo Banco Central, em níveis ajustáveis a curto prazo com base nas variações dos preços internos e externos, resume Dércio Munhoz.

Segundo o professor, nessas condições as empresas brasileiras substituem seus fornecedores

locais e importam o máximo de insumos e de componentes a preços subsidiados pelo dólar barato. “Isso enfraquece a economia internamente, e aumenta o desemprego, e nem mesmo assim consegue compensar as perdas com o câmbio irreal. E muitos aconselharão que o caminho seja aumentar a produtividade, o que pode significar apenas salários reais menores num mundo de desempregados.”

Felipe Hohana, consultor e membro do Conselho Federal de Economia, considera a atual volatilidade do câmbio nociva para o Brasil. Ele explica que países com economias mais desenvolvidas, como as europeias e o Japão, são capazes de aguentar uma variação cambial maior porque sua produtividade e estrutura tributária estão bem ajustadas a essas circunstâncias. Já países como o nosso, de desenvolvimento mais recente, “ainda não têm essa estrutura bem formada. Portanto, quando a taxa de câmbio começa a oscilar muito, gera incerteza e os agentes econômicos, os investidores, se retraem, porque isso passa a ser um sinal de perigo e a economia não reage a tempo”.

Hohana acredita que não há muito o que se possa fazer na atual conjuntura, ou seja, não está ao alcance da autoridade monetária do país escolher a taxa de câmbio ideal. E por uma razão simples, segundo ele: nossa taxa de poupança interna é baixa e precisamos exportar divisas para fazer os investimentos necessários ao desenvolvimento da economia. Um exemplo contrário é a China.

- A China tem uma taxa de poupança de 50% do PIB, o que é um exagero, mas quando um país tem essa taxa de poupança pode comprar o que quiser, inclusive câmbio, divisas, sem inflacionar sua economia. Não está ao nosso alcance escolher uma taxa de câmbio ideal.

O que fazer, então? Para Hohana a resposta é simples: o país precisa promover as reformas necessárias para reduzir o chamado “Custo Brasil”. A alta carga tributária faz com que os empresários fiquem muito dependentes do câmbio para serem competitivos com os produtos importados. Por isso, segundo ele, é muito difícil para as empresas trabalhar com um câmbio de R\$ 1,50, R\$ 1,60. “Com a estrutura que nós temos não há muito o que fazer”, observa. Na sua visão, a atual oscilação cambial poderá durar pelo menos seis meses e a paridade ideal entre o real e o dólar, com as deficiências da economia brasileira, estaria entre R\$ 1,80 e R\$ 1,90.



Flávio Versiani
“O câmbio flutuante ainda é a melhor política,
embora tenha suas contradições”



Dércio Munhoz
“O problema central é justamente o câmbio flutuante e
a consequente livre movimentação de capitais externos”

Admirável mundo. **NOVO?**



O aprofundamento da crise financeira internacional em 2011 - um rescaldo da maior e mais importante de 2008/2009 - desencadeou um movimento em escala planetária, ainda que não coordenado, de contestação a governos e ao próprio sistema capitalista. São as maiores manifestações contra o chamado "sistema" desde a queda oficial do "socialismo real", há exatos 20 anos, com o fim da União Soviética. Intelectuais de várias correntes ideológicas tentam decifrar, no calor dos acontecimentos, quais as intenções dos jovens, que lotam praças e ruas no Ocidente e no mundo islâmico, mobilizados principalmente pela internet. No Brasil, movimento surgido nas redes sociais leva milhares às ruas em protesto contra a corrupção.

Tudo começou há um ano, quando um jovem camelô da Tunísia decidiu se imolar em protesto contra o confisco de sua barraquinha de frutas pela polícia daquele país norte-africano, governado pelo ditador Zine el Abidin Ben Ali por 23 anos. O gesto levou a uma onda de protestos, sem liderança aparente, que culminou com a deposição e a fuga do déspota e se espalhou pelo mundo islâmico, no que ficou conhecido como a "Primavera Árabe". Poucos meses depois caía o ditador do Egito, Hosni Mubarak, no poder há 30 anos, em consequência da onda de manifestações e ocupação da Praça Tahir, no Cairo. Como um efeito dominó, a contestação às ditaduras surgidas no ambiente da "Guerra Fria", há décadas, se espalhou com auxílio dos modernos meios de comunicação, via redes sociais, e alcançou Líbia, Síria, Iemen, Barhein, Marrocos, Jordânia... O ápice foi a Líbia, que passou por uma violenta guerra civil e, com a ajuda do Ocidente, derrubou seu ditador, Muamar Khadhaf, no poder há 41 anos. Capturado com vida na sua cidade natal, Sirte, Khadhaf acabou trucidado pelos rebeldes.

Na Europa, a falência da Grécia, afogada em dívidas, colocou em cheque o sistema político e econômico da União Europeia e desencadeou uma onda de protestos pelas principais cidades, como Londres, Paris, Roma, Madri, Lisboa. Em Atenas, epicentro da crise, os confrontos são semanais, com quebra-quebra, feridos e até mortos. Esses protestos

culminaram com manifestações em 86 países e 952 cidades em 16 de outubro, com centenas de milhares de pessoas nas ruas.

Em Nova Iorque, na Praça Zuccotti, centenas de jovens acampam e pedem mais controle do mercado financeiro e aumento de impostos para os mais ricos. Eles rapidamente se organizaram e formaram o movimento "Ocupem Wall Street", que no final de outubro já havia se espalhado por mais de 100 cidades americanas. Expressando o sentimento dos manifestantes, Mark Bray, que faz PhD em História, e é um dos porta-vozes do movimento, declarou: "Queremos manter os políticos longe".

Mas o que leva milhares de jovens, desempregados ou não, de todas as partes do planeta a iniciarem esse tipo de movimento, apartado da política e sem uma concepção clara do que querem? A escritora e doutora em Educação pela Universidade de Genebra Rosiska Darcy de Oliveira acredita que às vezes, inesperadamente, a história se acelera. Ela faz um paralelo com outros dois períodos de grande mobilização de massas do século XX e que também tiveram um grau importante de espontaneidade: maio de 1968 e setembro de 1989, quando caiu o muro de Berlim. Segundo Rosiska, todos são tempos em que "novas ideias e valores vieram à tona, regenerando tecidos sociais e culturais".

- São pessoas, não partidos, ocupando praças onde ecoa um sonoro "não". Não querem mais ditaduras. A Praça Tahir, no Egito, deu o exemplo. O mundo árabe deu o exemplo e vai pondo para correr, um a um, ditadores que se acreditavam eternos, diz Rosiska.

Os manifestantes, segundo a professora, "questionam uma lógica econômica que destrói empregos e direitos sociais e denunciam o banditismo que impregna o sistema financeiro global". Para Rosiska Darcy de Oliveira, o que está sendo repudiado como imoral não é só a ordem econômica. "É um sistema de valores ou, melhor, um sistema desprovido de valores, que tem dinheiro como fim e a ganância como princípio, destruidor dos laços de solidariedade que construíram a civilização, contrariando a lei da selva", lembra Rosiska.

Rosiska não sabe se esses protestos

apontam para uma espécie de terceira via, já que os dois modelos – capitalismo e socialismo – não conseguiram satisfazer os anseios da humanidade por mais justiça econômica com liberdade. Mas está certa de que “não são um revival de nada. São um fato inaugural. Manifestações de rua são febris e, como a febre, sintomáticas. Podem refluir, mas nada será como antes”.

O professor de história contemporânea da Universidade Federal Fluminense Daniel Aarão Reis afirma que é difícil prever “no que vai dar, mas o certo é que as pessoas estão na rua, como um pássaro que fugiu da gaiola”. Reis, autor do livro “A Revolução Perdida”, sobre o fim da União Soviética, vê semelhança do que ocorre hoje, como os indignados da Praça do Sol, em Madri, e os manifestantes do “Ocupem Wall Street”, com o movimento da contracultura dos anos de 1960, que tinham autonomia em relação aos partidos políticos e ao Estado, mas nada que indicasse uma preocupação com a tomada do poder. Portanto, longe de representar uma terceira via política.

- Alguns alegam que os protestos precisam ser mais explícitos. Mas basta ler os cartazes para constatar que são bem explícitos, como: ‘Nossa economia está modelada num câncer’; ‘Viva a democracia, abaixo a plutocracia’ e outras do gênero, observa Daniel Aarão Reis.

A “Primavera Árabe” e os movimentos “Ocupem Wall Street” e “Indignados” têm em comum a contestação ao poder estabelecido, seja uma ditadura no norte da África e no Oriente Médio, seja uma democracia há muito estabelecida nos países desenvolvidos europeus e nos Estados Unidos, “que intervieram para salvar as grandes corporações e os bancos”. Nestes últimos países a revolta, destaca o professor, é contra a socialização dos prejuízos, que resultaram em desemprego, redução de salário, diminuição e degradação de serviços sociais básicos.

O ex-chanceler Luiz Felipe Lampreia acha que

o horizonte no momento é sombrio, mas não acredita que haja base “para decretar o fim do capitalismo, seja na sua vertente americana, ou pelo colapso da União Europeia”.

Parafraseando Mark Twain, escritor americano do século XIX, Lampreia enfatiza que os rumores sobre a morte do capitalismo são muito exagerados. E lembra que esse sistema econômico tem uma imensa capacidade de recuperação.

- Ao longo da história, o capitalismo sofreu crises piores e revelou uma capacidade de superação enorme. O grande economista austríaco Joseph Schumpeter falava da destruição criativa como mola mestra do capitalismo. É verdade que assistimos a uma reestruturação mundial do poder relativo, mas não à derrocada do capitalismo. Mesmo porque não há no horizonte, nem em termos teóricos, uma alternativa que se sustente.

Com essa assertiva também concorda o cientista político Armando Boito Júnior, diretor do Centro de Estudos Marxistas da Unicamp. Para ele, à exceção da “Primavera Árabe”, que de fato está mudando o mundo islâmico, pelo menos na política, “os protestos de rua dos jovens sem emprego, ou daqueles que só encontram postos de trabalho precário, não têm força

para abalar Wall Street”. Ressalva, no entanto, que se o capitalismo ainda tem fôlego, o modelo parece estar confrontado com seus próprios limites.

Segundo Armado Boito Júnior, quando as coisas vão mal, é normal que autores antigos, mesmo renegados, sejam revisitados - “Até o megainvestidor George Soros andou admitindo ter lido Marx e que há muitas coisas interessantes no que ele diz”, exemplifica. O cientista político, contudo, não admite a possibilidade de uma terceira via entre o capitalismo e o socialismo.

No outro espectro político, o economista Carlos Langoni, ex-presidente do Banco Central e diretor do Centro de Economia Mundial da Fundação Getúlio Vargas, diz que “o capitalismo nunca esteve tão forte”.

Rumores sobre a morte do capitalismo ainda são vistos como “exagerados”

- Praticamente todos os países praticam hoje a economia de mercado. Não é o sistema que está errado. A crise é obra dos homens que lançaram mão de políticas macroeconômicas inconsistentes e irresponsáveis, analisa Langoni.

Na opinião do economista, o que ocasionou a crise atual, só superada pela depressão provocada pelo crash de 1929, "foi o uso incorreto de uma política de juros baixos por um longo período. Um erro crasso e determinante para a bolha imobiliária nos Estados Unidos, que estourou em 2008 e se prolonga até hoje".

E o Brasil, o que tem a ver com isso? Por enquanto, o que se constata é que setores de classe média da população vêm expressando certo estresse com as constantes denúncias de corrupção em todas as esferas de governo. E no dia 7 de setembro milhares de pessoas, reunidas pelas redes sociais, saíram em passeata pela Esplanada dos Ministérios, protestando contra os "mal feitos" no governo. O movimento, autodenominado de "combate à corrupção", se repetiu em 12 de outubro em Brasília e, em menor escala, em outras cidades brasileiras. Nas passeatas podiam-se ver cartazes com um recado claro aos políticos: "Vocês não nos representam".



Daniel Aarão Reis,
"As pessoas estão na rua como um pássaro que fugiu da gaiola"



Luiz Felipe Lampreia,
"O momento é sombrio, mas não dá para dizer que é o fim do capitalismo"



Rosiska Darcy de Oliveira,
"As pessoas não querem mais ditaduras"



Armando Boito Júnior,
"Até o George Soros admite que já leu Marx"

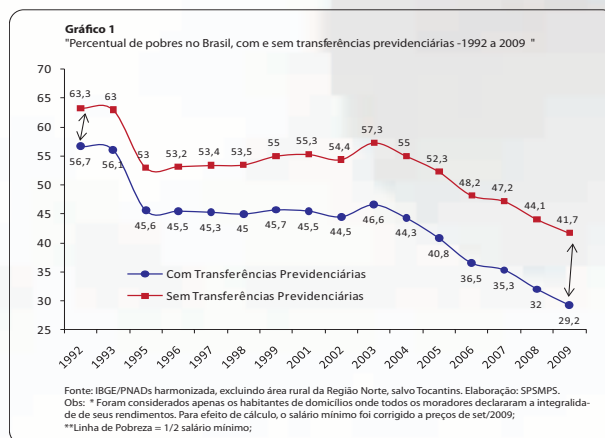
A Previdência Social e a Economia dos Municípios em 2010*

Os direitos sociais são os proporcionados pelo Estado democrático a fim de tornar mais justa a convivência entre os homens e amenizar as desigualdades consequentes do modo de produção capitalista. Esses direitos são imprescindíveis para atingirmos um dos objetivos fundamentais da República, estampados no artigo 3º da Constituição Federal, que é construir uma sociedade justa e solidária, assim como erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades sociais e regionais.

Embora tenha havido melhorias na distribuição de renda dos brasileiros nos últimos anos, com grande colaboração da Previdência Social, ainda somos um país desigual. Devemos levar em conta que crescimento econômico e distribuição de renda são duas faces da mesma moeda e que o país precisa crescer “para os pobres”, gerando renda, emprego e inclusão previdenciária para os mais desprovidos.

A pobreza nos últimos anos teve dois ciclos de queda consideráveis, demonstrados aqui no Gráfico 1, elaborado pelo Ministério da Previdência Social (MPS),

em decorrência, principalmente: (i) da implantação das Leis 8.212/91 (Plano de Custeio) e 8.213/91 (Planos de Benefícios); (ii) da estabilização monetária após 1994; (iii) do crescimento econômico com certo aumento na distribuição da renda e maior formalização do mercado de trabalho, principalmente após 2003; (iv) de aumentos reais concedidos ao salário mínimo, principalmente após 2005, que ampliaram o piso da Previdência e os Benefícios de Prestação Continuada – BPCs (assistência social); e (iv) de programas de transferência de renda, principalmente o Bolsa Família, no período após 2003.



* Este artigo é uma síntese da nova edição do livro A Previdência Social e a Economia dos Municípios 2010, de Álvaro Sólton de França, disponível no site da ANFIP.

Em conformidade com os entendimentos de Marques¹, no que se refere ao salário mínimo, não há uma clara vinculação com o Programa Bolsa Família (PBF), que é expresso em valor absoluto. Mas considerando que o PBF é voltado para os segmentos mais pobres da população brasileira, o salário mínimo mantém-se, sim, como referência.

Em recente comunicado², o IPEA ratifica essa ideia ao afirmar que a “cobertura quase integral dos idosos por transferências da Previdência e da assistência social com benefícios de piso atrelado ao salário mínimo tornou-se, para eles e para os membros de seu grupo doméstico, um seguro contra a pobreza extrema, ou mesmo contra a pobreza.”

Pelo exposto é possível perceber a real importância da Previdência Social no Brasil, principalmente em decorrência do percentual de pobres com e sem as transferências previdenciárias. Não fossem as transferências, esse percentual estaria na casa dos 42%, ao passo que, com a previdência, se situou em 29%, uma diferença de treze pontos percentuais.

Em outra análise do MPS, considerando como referência uma renda domiciliar per capita inferior a ½ salário mínimo de 2009 (Tabela 1), o pagamento de benefícios previdenciários do RGPS conseguiu

retirar 23,1 milhões de pessoas da linha da pobreza³. O percentual de pobres sem as transferências previdenciárias situou-se em 42,2% em 2009. Com as transferências previdenciárias esse percentual caiu para 29,7%, passando a representar 12,5% do total da população de referência daquele ano.

Ao avaliar os dados harmonizados da PNAD de 2009, a Secretaria de Políticas de Previdência Social constatou que 81,8% dos idosos brasileiros são protegidos pela Previdência Social brasileira. Isso representa mais de 17 milhões de pessoas com 60 anos ou mais de idade (Gráfico 2). Em 1992 esse percentual era bem menor, 74,0%. Isso denota uma expansão da proteção previdenciária para esse contingente que, em sua maioria, não mais consegue exercer atividades laborais.

Em uma análise de gênero, para os homens dessa faixa etária a proteção chega a 86,8%, ou seja, 8 milhões de pessoas. É possível perceber uma estagnação da proteção de homens idosos do início dos anos 90 para cá. Para as mulheres idosas houve melhoria, principalmente devido à maior participação desse contingente no mercado de trabalho. O percentual de cobertura chega hoje a 77,8%, beneficiando mais de 9 milhões de brasileiras. Em 1992 o percentual era de 66,3%. Há forte indício, embora não o único⁴, de que essa

1. MARQUES, Rosa. M. Salário mínimo, seguridade social e combate a pobreza. In BALTAR, Paulo et alii. Salário Mínimo e Desenvolvimento. Campinas: Unicamp, IE, 2005.

2. Comunicados do IPEA nº 111. Mudanças recentes na pobreza brasileira. 15/09/2011. Disponível em: < http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/110915_comunicadoipea111.pdf>

3. Para efeito de cálculo o MPS considera a linha da pobreza como equivalente a ½ salário mínimo.

4. O Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social, BPC-LOAS (Lei nº 8.742/93, alterada pelo estatuto do idoso em 2004), também

Tabela 1

Impactos dos mecanismos de proteção social (previdência* e assistência social) sobre o nível de pobreza** no Brasil – 2009

Descrição	Quantidade de Pessoas	% do Total
População de Referência***	185.621.593	100,0%
Renda Domiciliar per capita < R\$ 232,50	Incluindo a Renda Previdenciária (a)	55.131.159
	Excluindo a Renda Previdenciária (b)	78.256.510
Impacto dos Benefícios do RGPS sobre a “Quantidade de Pobres” (b) - (a)	23.125.351	12,5%

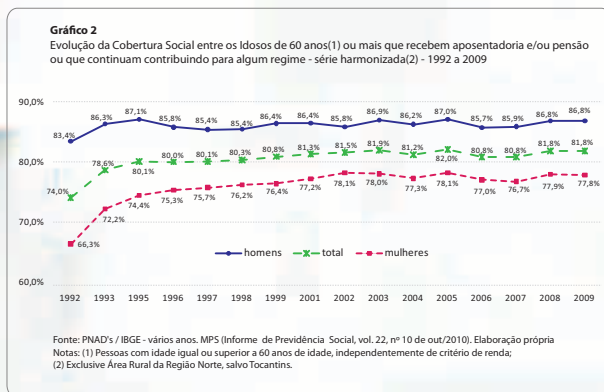
Fonte: IBGE/PNAD harmonizada 2009. Elaboração: SPS/MPS.

* Considerando também os segurados dos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS.

** Linha de Pobreza = 1/2 salário mínimo.

*** Foram considerados apenas os habitantes de domicílios onde todos os moradores declararam a integralidade de seus rendimentos.

melhoria esteja associada à expansão da cobertura previdenciária advinda das leis de custeio e de benefícios em 1991.



Não podemos deixar de considerar como fator determinante da redução da pobreza os investimentos sociais e o investimento público em educação. Baseado em estudos da Fundação Getúlio Vargas (FGV)⁵, desde a criação do Plano Real, em 1994, até 2010, a pobreza no Brasil caiu 67,3%. Nos últimos dez anos, os 50% mais pobres tiveram crescimento de 69% em sua renda e a renda dos 10% mais ricos cresceu 10%. O estudo mostra ainda que houve redução da pobreza em 50,6% de junho de 2003 a dezembro de 2010, e que, de 1994 a 2002, a pobreza caiu menos, 31,9%. Somente ao longo de 2010, a pobreza foi reduzida em 16%. Segundo a FGV, o “efeito educação” foi o principal responsável pelo crescimento da renda dos mais pobres em cerca de 40% mais que a dos ricos. A taxa de escolaridade aumentou para esse grupo e isso afetou diretamente a renda.

Como se viu, sob diversas óticas e em variados estudos, a Previdência Social, enquanto política pública, integra um conjunto de soluções para um projeto de cidadania, dentre eles o de redução da pobreza. Neste sentido é preciso ter sempre em mente que a Previdência Social é capaz de garantir não somente a proteção social nas situações em que o trabalhador fica incapacitado

de auferir o próprio sustento e o de sua família, mas também o movimento econômico dos municípios, principalmente dos pequenos, sustentando o consumo, gerando renda e cidadania.

BENEFÍCIOS, ARRECAÇÃO E FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS (FPM) EM 2010

As análises contempladas neste artigo mostram, de maneira introdutória⁶, a importância da Previdência Social para a economia dos municípios. Basicamente são ponderadas três variáveis, detalhadas a seguir:

Valor dos benefícios emitidos corresponde ao valor líquido (diferença entre valor bruto e descontos) dos créditos emitidos na “folha de pagamentos da Previdência Social” (maciça), classificados pelo município do órgão pagador, onde o segurado recebe seu benefício;

Arrecadação corresponde ao valor dos recolhimentos da contribuição social de empresas e entidades equiparadas, efetuados por meio da Guia da Previdência Social (GPS). Abrange parcelas relativas às empresas e aos segurados, ao seguro de acidentes do trabalho, à primeira comercialização de produtos rurais e à receita bruta dos espetáculos esportivos. Inclui as contribuições relativas a outras entidades (INCRA, SESC, Salário Educação etc.), os acréscimos legais (atualização monetária, juros, multas). Os dados são apurados por localização do estabelecimento e o mês de referência é o mês de processamento da guia (mês civil). São computadas apenas as GPS sem erros de fechamento, quando a soma dos valores informados nas rubricas é igual ao da rubrica Total;

O Fundo de Participação dos Municípios (FPM) corresponde às transferências constitucionais (CF, Art. 159, I, b), compostas de 23,5% (22,5% distribuídos ao longo do ano e 1% em dezembro – EC 55/2007) da arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto

possibilitou aumento do número de beneficiários.

5. Desigualdade de Renda na Década: FGV/CPS, 2011. Disponível em: < http://www.fgv.br/cps/bd/DD/DD_Neri_Fgv_TextoFim3.pdf> Acesso em 23/09/2011.

6. Em 2012, de posse dos dados universais do Censo 2010, será feita nova publicação, desta vez com análises socioeconômicas mais detalhadas envolvendo a correlação de inúmeras variáveis que retratem, sob outras óticas, a importância da Previdência para a economia dos municípios.

sobre Produtos Industrializados (IPI). A distribuição dos recursos aos municípios é feita de acordo com o número de habitantes. São fixadas faixas populacionais, cabendo a cada uma delas um coeficiente individual. O mínimo é de 0,6 para Municípios com até 10.188 habitantes, e o máximo é de 4,0 para aqueles acima de 156 mil. Os critérios atualmente utilizados para o cálculo dos coeficientes de participação dos municípios estão baseados na Lei n.º 5.172/66 (Código Tributário Nacional) e no Decreto-Lei n.º 1.881/81. Do total de recursos, 10% são destinados aos municípios das capitais, 86,4% aos demais municípios e 3,6% ao fundo de reserva a que fazem jus os municípios com população superior a 142.633 habitantes (coeficiente de 3,8), excluídas as capitais. Anualmente o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), órgão responsável pela realização do Censo Demográfico, divulga estatística populacional dos municípios e o Tribunal de Contas da União (TCU), com base nessa estatística, publica no Diário Oficial da União os coeficientes dos municípios.

Em 2010, a grande maioria dos municípios apresentou pagamento de benefícios superior ao de FPM (Fundo de Participação dos Municípios). Dos 5.566 municípios pesquisados, segundo consta na base de dados do MPS e do Tesouro Nacional, 3.875 (69,6%) possuíam valor de benefícios pagos superiores ao FPM (Tabela 2 e Anexo). Houve uma ligeira melhora, se compararmos aos dados de sete anos atrás. Em 2003, dos 5.561 municípios existentes, cerca de 67,8% (3.773) apresentavam essa condição.

Um dado curioso e que confirma a importância dos benefícios previdenciários para o desenvolvimento humano e para a economia dos municípios, se refere ao verificado pelo Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM), tomado aqui como *proxy* do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). O IFDM, desenvolvido pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), distingue-se por ter periodicidade anual, recorte municipal e abrangência nacional, considerando, com igual ponderação, as três principais áreas de desenvolvimento humano, a saber: emprego e renda, educação e saúde. Uma análise para o ano de 2007 (não há dados posteriores a esse ano

disponíveis) nos mostra que, em 98 dos 100 municípios mais desenvolvidos, segundo o IFDM, os benefícios emitidos superam o FPM. Em contrapartida, em apenas 47 dos 100 municípios menos desenvolvidos, segundo o IFDM, os benefícios emitidos superam o FPM.

Ainda sob o olhar da Tabela 2, um recorte regional nos mostra que, dos 3.875 municípios que têm benefícios superiores ao FPM, a maioria está na Região Sudeste (1.255), muito embora essa Região não seja a melhor em termos proporcionais. O mérito, neste caso, está com a Região Sul, onde 76% dos municípios têm benefícios superiores ao FPM. Em 2003 a melhor Região era a Sudeste.

Tabela 2

Número de municípios em que os pagamentos da Previdência superam o FPM – por região

Regiões	2003	Δ%	2010	Δ%
Norte	194	5,1	232	6,0
Nordeste	1.239	32,8	1.209	31,2
Sudeste	1.262	33,4	1.255	32,4
Centro-Oeste	237	6,3	275	7,1
Sul	841	22,3	904	23,3
Total Ben > FPM	3.773	100,0	3.875	100,0

Fonte: MPS (Benefícios) e Tesouro Nacional (FPM)

Em âmbito estadual, as 27 Unidades da Federação (UF) apresentaram o valor de benefícios pagos superior ao FPM em 2010. De maneira desagregada, apenas quatro estados não tiveram, na maioria de seus municípios, os benefícios emitidos superiores ao FPM: Amapá, Piauí, Roraima e Tocantins. Em 2003 foram sete os estados: Acre, Amapá, Amazonas, Goiás, Mato Grosso, Roraima e Tocantins (ver Anexo 1). Para 2010 os estados que mais tiveram valor de benefícios superior ao FPM foram Rio de Janeiro, Espírito Santo e Ceará. Em 2003 o ranking contava com Espírito Santo, Rio de Janeiro e Pernambuco.

No que diz respeito ao total de municípios em que o valor de benefícios supera a Arrecadação, a magnitude ainda é maior. Em 2003, 83,5% (4.644) dos municípios tiveram o valor pago de benefícios superior

ao arrecadado pelos municípios. Em 2010 o percentual foi um pouco menor, 82,4%, equivalente a 4.589 municípios (Tabela 3). A região com maior número de municípios, com valor de benefícios superando a Arrecadação, foi a nordeste, com 35% (1.607 municípios) do total. No geral, os percentuais são muito parecidos com o de 2003.

Tabela 3

Número de municípios em que os pagamentos da Previdência superam a Arrecadação – por região

Regiões	2003	Δ%	2010	Δ%
Norte	329	7,1	335	7,3
Nordeste	1.615	34,8	1.607	35,0
Sudeste	1.403	30,2	1.314	28,6
Centro-Oeste	337	7,3	307	6,7
Sul	960	20,7	1.026	22,4
Total Ben > Arrecadação	4.644	100,0	4.589	100,0

Fonte: MPS (Benefícios) e Tesouro Nacional (FPM)

Esses números mostram a grande capacidade redistributiva da Previdência Social e sua influência na redução das desigualdades regionais, dado que os benefícios previdenciários superam, na maioria dos casos, não só o FPM, mas também a Arrecadação previdenciária. Apenas para ilustrar, seguem alguns casos aleatórios:

Exemplos aleatórios			
Município (UF)	Pag. Benefícios (a)	Arrecadação (b)	Varição a/b
Santa Cruz (RN)	R\$ 83.532.160	R\$ 456.318	183,06
Currálinho (PA)	R\$ 9.697.177	R\$ 68.513	141,54
Lagoa Vermelha (RS)	R\$ 52.861.141	R\$ 914.988	57,77
Miracatu (SP)	R\$ 21.473.595	R\$ 604.901	35,50
Campos Verdes (GO)	R\$ 6.164.052	R\$ 359.719	17,14
Senador Firmino (MG)	R\$ 16.883.780	R\$ 1.680.046	10,05

Na cidade de Santa Cruz (RN) seriam necessários 183 anos de Arrecadação para pagar um ano de benefícios. No caso do município de Currálinho, no Pará, a discrepância é de 141,5 vezes; em Lagoa Vermelha (RS), 57,8 vezes; Miracatu (SP), 35,5 vezes; Campos Verdes (GO), 17,1 vezes, e em Senador Firmino, aproximadamente, 10 vezes.

Um estudo feito por Santos *et al.* (2000)⁷ corrobora com essa tese ao demonstrar o impacto da Previdência Social em um município brasileiro de pequeno porte, no caso, Macururé, na Bahia. Nesse município, 79,2% da população possui renda inferior a três salários mínimos e, desse percentual, 36,5% provêm dos benefícios previdenciários, superando até mesmo a renda do emprego público, que constitui 24,2% daquele total. Considerando-se os dados da pesquisa, torna-se claro que a Previdência Social determina o movimento econômico do município, pois até mesmo as atividades comerciais, como as feiras, ocorrem nos dias de pagamento dos benefícios.

Em síntese, as principais mudanças no perfil da pobreza brasileira nos últimos anos foram direta ou indiretamente relacionadas à elevação do bem estar com grande participação social, seja por meio da Previdência Social, por meio dos aumentos reais do salário mínimo ou pela expansão do valor das transferências focalizadas de renda.

A cobertura quase integral dos idosos por meio de transferências da Previdência e da assistência social com benefícios de piso atrelado ao salário mínimo tornou-se, para eles e para os membros de seu grupo doméstico, um seguro contra a pobreza, ou mesmo contra a pobreza extrema.

Não obstante a importância da política social, sem o crescimento e a geração recorde de empregos formais o aumento real do salário mínimo teria menos efeitos distributivos.

Muitas das críticas feitas à Previdência Social brasileira são fundamentadas no fato de as despesas com benefícios superarem as receitas oriundas da arrecadação do INSS, gerando “déficits” crescentes, ano após ano. Essas críticas, no entanto, ocultam a existência do Orçamento da Seguridade Social (OSS), que trata de forma conjunta Previdência Social, saúde e assistência social.

Talvez uma abordagem mais relevante, e

7. SANTOS, Carolina. C. B *et al.* Previdência Social: uma discussão sobre o seu impacto no desenvolvimento dos pequenos municípios brasileiros - o caso de Macururé, Bahia. Estudo originalmente apresentado ao 1º Concurso Nacional de Monografia da Previdência (2000). Brasília: UNB, 2000.

que deveria ser mostrada, é a de que a maioria dos municípios brasileiros vive com recursos pagos pela previdência, sendo essa responsável pelo sustento de milhões de famílias brasileiras – sobretudo nas pequenas cidades e nas áreas rurais. Ou seja, mesmo não sendo considerado um programa de “combate à pobreza”, os recursos da Previdência Social têm cumprido um papel importante na composição da renda familiar.

Considerando como referência o mês de agosto de 2011, em todo o Brasil a Previdência Social garantiu renda direta a mais de 28,8 milhões de pessoas. Ponderando que, conforme dados do IBGE, para cada beneficiário direto há 2,5 pessoas que se beneficiam indiretamente, os pagamentos da Previdência chegaram a 72 milhões de pessoas. Isso representa, direta e indiretamente, mais de 100 milhões de pessoas beneficiadas pela previdência, mais da metade da população brasileira.

Se pressupormos que as pessoas menos favorecidas consomem toda a renda e que 68,3% dos benefícios previdenciários são de até um salário mínimo, podemos afirmar que a Previdência injeta diretamente na economia mais de R\$ 10,5 bilhões mensais. Isso sem considerar aquele contingente que recebe entre 1 e 4 salários mínimos (27% dos beneficiários, R\$ 9 bilhões mensais) e que despende boa parte de suas rendas em consumo.

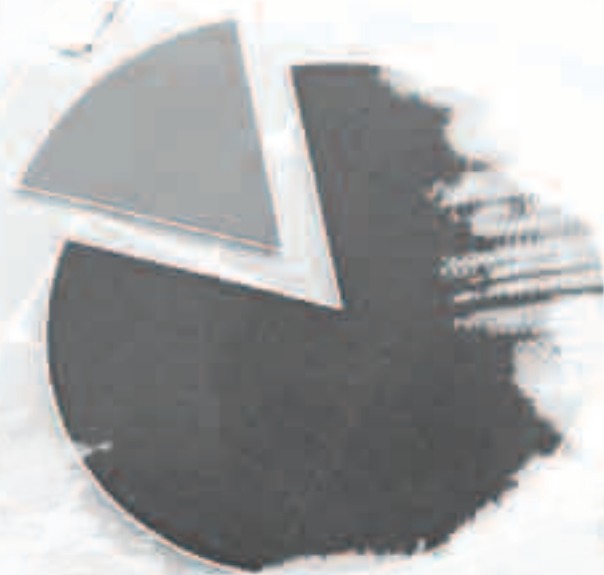
O alcance no meio rural é fantástico, haja vista a quase totalidade dos beneficiários receberem o piso previdenciário. São mais de 8,4 milhões de homens e de mulheres rurícolas depositando na economia mais de R\$ 4,5 bilhões mensais. O mundo rural deixou de ter, como única ou principal fonte de renda, a produção agrária. O comércio, as pequenas indústrias, os serviços e as aposentadorias constituem hoje os principais vetores de recursos, principalmente para os pequenos municípios brasileiros. Ousamos afirmar que, se não fossem os benefícios pagos mensalmente a aposentados e a pensionistas, principalmente no meio rural dos pequenos municípios, já teria se instalado uma situação de calamidade na maioria das cidades brasileiras.

O fato de a maioria dos municípios brasileiros

e de todas as regiões e estados apresentarem valor de benefícios superior ao FPM e à Arrecadação apenas reafirma a tese da importância da Previdência Social como promotora de cidadania e de justiça social.

Dentro deste contexto, defender a Previdência Social é, antes de mais nada, defender o interesse coletivo, a repartição da renda, a cidadania. Esses são elementos importantes, em que também se integra a construção das alternativas de mudança, do pensamento novo, da esperança, do rompimento com o discurso conservador, recheado de interesses e dissociado da qualidade de vida da população, da questão social, da justiça e da equidade.

O maior patrimônio de uma sociedade é o seu futuro. Durante a vida laboral, conforme suas possibilidades, os trabalhadores formam um patrimônio, contribuem sob diversas formas para o mundo do trabalho, para o mundo econômico, para o país. Mas, ao fim de uma jornada profissional, útil à sociedade, após anos contribuindo para a geração da riqueza do país, viver com dignidade é um valor que transcende a mera materialidade, e que se configura como o indicador mais representativo de uma evolução civilizatória.



Anexo

Total de municípios em que o valor dos benefícios emitidos pela previdência social supera o valor do repasse do FPM - 2003 e 2010

Valores em R\$ correntes

REGIÕES e UF's	2003			2010		
	Total de municípios (a)	Benefícios superiores ao FPM (b)	% b/a	Total de municípios (a)	Benefícios superiores ao FPM (b)	% b/a
NORTE	449	194	43,2%	449	232	51,7%
ACRE	22	10	45,5%	22	14	63,6%
AMAPÁ	16	5	31,3%	16	6	37,5%
AMAZONAS	62	25	40,3%	62	43	69,4%
PARÁ	143	80	55,9%	143	83	58,0%
RONDÔNIA	52	28	53,8%	52	34	65,4%
RORAIMA	15	4	26,7%	15	5	33,3%
TOCANTINS	139	42	30,2%	139	47	33,8%
NORDESTE	1.792	1.239	69,1%	1.794	1.209	67,4%
ALAGOAS	102	57	55,9%	102	65	63,7%
BAHIA	417	327	78,4%	417	338	81,1%
CEARÁ	184	153	83,2%	184	173	94,0%
MARANHÃO	217	126	58,1%	217	135	62,2%
PARAÍBA	223	144	64,6%	223	116	52,0%
PERNAMBUCO	185	160	86,5%	185	150	81,1%
PIAUÍ	222	114	51,4%	224	79	35,3%
RIO GRANDE DO NORTE	167	109	65,3%	167	102	61,1%
SERGIPE	75	49	65,3%	75	51	68,0%
CENTRO-OESTE	463	237	51,2%	466	275	59,0%
DISTRITO FEDERAL	1	1	100,0%	1	1	100,0%
GOIÁS	246	120	48,8%	246	130	52,8%
MATO GROSSO	139	67	48,2%	141	84	59,6%
MATO GROSSO DO SUL	77	49	63,6%	78	60	76,9%
SUDESTE	1.668	1.262	75,7%	1.668	1.255	75,2%
ESPIRITO SANTO	78	74	94,9%	78	77	98,7%
MINAS GERAIS	853	585	68,6%	853	540	63,3%
RIO DE JANEIRO	92	84	91,3%	92	91	98,9%
SÃO PAULO	645	519	80,5%	645	547	84,8%
SUL	1.189	841	70,7%	1.189	904	76,0%
PARANÁ	399	305	76,4%	399	310	77,7%
RIO GRANDE DO SUL	497	324	65,2%	497	369	74,2%
SANTA CATARINA	293	212	72,4%	293	225	76,8%
TOTAL	5.561	3.773	67,8%	5.566	3.875	69,6%

Fonte: MPS (Arrecadação e Benefícios) e Tesouro Nacional (FPM)

Acompanhamento da Arrecadação das Receitas Federais:

Jan a Set / 2011

Com base nos números divulgados pela Receita Federal do Brasil (RFB), a Arrecadação das Receitas Federais, administradas pela RFB, e de outras receitas recolhidas por DARF ou GPS, porém administradas por outros órgãos, atingiu, no acumulado do ano, a cifra de R\$ 705,57 bilhões (ver Tabela). Houve um crescimento nominal, em relação ao mesmo período de 2010, muito expressivo, de 20,1%, e real, de 12,6%, considerando a inflação medida pelo IPCA/IBGE a preços de setembro/11. Esse crescimento, valor recorde para o período, foi contabilizado com base no que efetivamente ingressou nos cofres da União.

No acumulado do ano destaca-se o expressivo crescimento da arrecadação da Receita Previdenciária que, novamente, mesmo após o fim da maioria das desonerações implementadas a partir de 1999, voltou a ser o tributo que, individualmente, mais arrecadou entre aqueles administrados pela RFB.

No mês de setembro, o valor arrecadado foi de R\$ 75,10 bilhões. Embora seja um crescimento em ritmo menor que o de meses anteriores, representa um recorde para o mês, com crescimento nominal, em relação a setembro de 2010, de 15,4%, e real, de 7,5%.

Os principais fatores que explicam o crescimento da Arrecadação, seja para o mês de setembro ou para o acumulado do ano, estão descritos a seguir:

bom comportamento de alguns indicadores macroeconômicos como: a produção industrial; as vendas de bens e serviços que impulsionaram a

receita dos tributos ligados ao faturamento; a massa salarial que influencia a Arrecadação do Imposto de Renda, além das contribuições para a Previdência Social e do valor em dólar das importações, refletindo em alta real do Imposto sobre Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) vinculado às importações;

consolidação/antecipação de parcelas no período de junho a agosto de débitos parcelados, em conformidade com a Lei 11.941/2009 (valor recolhido em junho a setembro/11: R\$ 12,87 bilhões; valor recolhido em junho a setembro/10: R\$ 2,47 bilhões);

recolhimento relativo à CSLL (Vale S/A) no valor de R\$ 5,8 bilhões, em razão de encerramento de questionamento na esfera judicial; e

encerramento das desonerações relativas ao IPI incidente sobre automóveis a partir de abril/10.

A Arrecadação também se beneficiou do forte ritmo de crescimento do PIB de 2010 (7,5%), que culminou no maior pagamento do IR, para este ano, por parte das empresas - além de receitas extraordinárias, como o "Refis da Crise" e decisões judiciais em favor da União.

Merece destaque também o aumento da formalização no país, que possibilitou melhorias de Arrecadação.

Esses avanços, tanto da Arrecadação quanto da formalização, se devem muito à Lei Complementar 128/08, que criou a figura jurídica do Microempreendedor Individual (MEI). Segundo dados recentes do Sebrae, o número de novos empreendedores individuais alcançou, em termos

acumulados, mais de 1,5 milhão de registros em agosto. No acumulado do ano, em comparação com o mesmo período de 2010, a Arrecadação das empresas que estão no regime de tributação Simples Nacional aumentou 22,7%, ao passar de R\$ 22,18 bilhões para R\$ 27,21 bilhões. Desta forma, a participação dessa soma no recolhimento total de impostos subiu de 4,2% para 4,3%.

No que diz respeito ao total arrecadado por tributo, ratificamos o desempenho da RECEITA PREVIDENCIÁRIA. A crise de 2008 e seus efeitos foram responsáveis pelo arrefecimento de algumas receitas de Arrecadação, mas afetando, em menor grau, as receitas previdenciárias. Não por outro motivo que de maio a dezembro de 2010 a Receita Previdenciária arrecadada foi superior ao total arrecadado com o Imposto de Renda (PF, PJ e retido na fonte), justamente por conta dos efeitos adversos da crise. Após nove meses, novamente a Receita Previdenciária foi superior ao IR, fruto, principalmente, do aumento

mais contundente da Arrecadação sobre a retenção de 11% e sobre as empresas em geral e optantes pelo SIMPLES, além do aumento da formalização e da massa salarial (ver Tabela e Gráfico).

Segue abaixo uma análise desagregada, por tributo, no acumulado de 2011, da variação da Arrecadação das Receitas Federais:

O aumento da Arrecadação total do Imposto de Renda foi decorrente da tributação do lucro obtido na alienação de bens e direitos (IRPF) e da maior lucratividade das empresas verificada no último trimestre de 2010 e primeiro semestre de 2011 em relação a iguais períodos de 2009 e de 2010 (IRPJ). Ainda em relação ao IRPJ, houve um acréscimo, a título de reclassificação por estimativa, no valor de R\$ 3,1 bilhão. Ressalta-se ainda o aumento da massa salarial entre os meses de dezembro/10 a agosto/11 (IRRF – rendimentos do trabalho); o ganho obtido no resgate de aplicações financeiras de renda fixa (Fundos e Títulos); e

Arrecadação Federal – janeiro a setembro de 2011 (em R\$ bi correntes)

Tributos	Acumulado (jan a set)			% Partic. 2011	Setembro		
	2010 (a)	2011 (b)	% b/a		2010 (c)	2011 (d)	% d/c
PREV (Receita Previdenciária)	162,61	189,82	16,7	26,9	18,99	22,86	20,4
IR (Imposto sobre a Renda - Total)	148,86	182,70	22,7	25,9	14,65	15,87	8,3
COFINS (Contrib. p/ Financ. Seg. Social)	100,58	116,96	16,3	16,6	12,12	13,53	11,6
CSLL (Contrib. Social s/ Lucro)	33,77	45,47	34,7	6,4	2,85	3,09	8,4
IPI (Imposto s/ Prod. Industrializado - Total)	28,24	34,16	21,0	4,8	3,63	4,07	12,1
PIS/Pasep (Contrib. Prog. Integração Social)	26,46	31,07	17,4	4,4	3,23	3,57	10,5
Receitas Não Administradas	20,61	22,88	11,0	3,2	1,19	1,48	24,5
IOF (Imposto s/ Operações Financeiras)	18,83	23,32	23,9	3,3	2,20	2,74	24,6
II (Imposto s/ Importação)	15,21	19,06	25,3	2,7	1,96	2,39	21,9
PSS (Contrib. Plano Seguridade do Servidor) ¹	14,00	15,53	10,9	2,2	1,67	1,77	6,1
Outras Receitas Administradas	12,01	16,65	38,6	2,4	1,56	2,41	55,1
CIDE (Contrib. Interv. Domínio Econômico)	5,70	7,03	23,3	1,0	0,68	0,91	33,5
FUNDAF (Fundo Esp. Des. e Aperf. Ativ. Fiscaliz.)	0,29	0,39	36,9	0,1	0,04	0,05	37,1
ITR (Imposto s/ Propriedade Teritorial Rural)	0,38	0,44	17,9	0,1	0,33	0,36	10,1
CPMF (Contrib. s/ Movimentação Financ.)	0,08	0,10	28,9	0,0	0,01	0,01	0,0
TOTAL	587,60	705,57	20,1	100,0	65,09	75,10	15,4

Fonte: RFB (Boletim Análise da Arrecadação das Receitas Federais). Elaboração própria.

(1) A partir de agosto de 2010 (art. 23, MP nº 497/10) a PSS passou a ser administrada pela RFB.

o crescimento do imposto de renda decorrente dos juros remuneratórios sobre o capital próprio apurado no Balanço das Empresas encerrado em 2010 e dos rendimentos de residentes no exterior;

A Receita Previdenciária teve um crescimento nominal no acumulado de 16,7%, e real, descontada a inflação medida pelo IPCA, de 9,5%. O que fez com que a Arrecadação ultrapassasse o valor arrecadado do IR foi o resultado obtido no mês de setembro, com crescimento nominal de 20,4%, em comparação com o mesmo mês de 2010. O aumento do IR foi bem menor (8,3%). Os motivos desse acréscimo já foram descritos anteriormente;

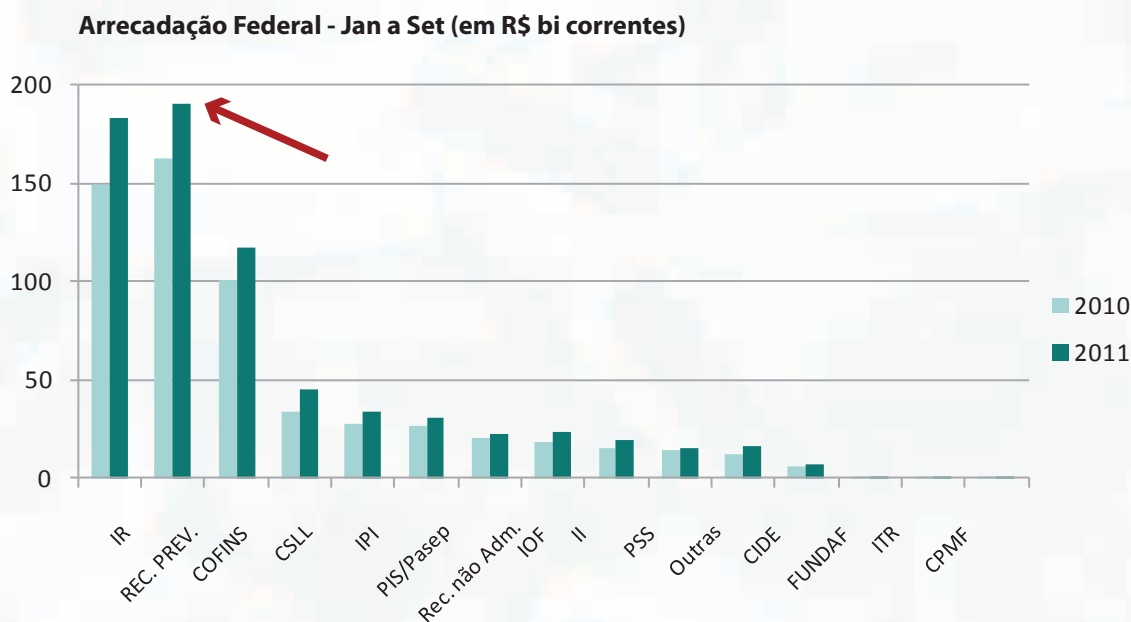
A contribuição para o PIS/Pasep e Cofins foi incrementada pelo crescimento do volume de vendas entre dezembro/10 e agosto/11 (em relação a dezembro/09 a agosto/10 – PMC¹/IBGE) e pelo acréscimo significativo da Cofins/PIS incidente sobre as importações, entidades financeiras e do comércio varejista, além dos recolhimentos extraordinários de depósitos judiciais;

A CSLL cresceu em função da maior

lucratividade das empresas verificada no último trimestre de 2010 e primeiro semestre de 2011 (em relação a iguais períodos de 2009 e de 2010). Como foi dito, também houve recolhimento de débito em atraso no valor de R\$ 5,8 bilhões da Companhia Vale S/A;

O aumento da Arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e no Imposto sobre a Importação (II) foi devido à conjugação dos seguintes fatores: elevação no valor, em dólar, das importações; elevação na alíquota média efetiva do Imposto sobre Importação (II) e da alíquota média efetiva do IPI-Vinculado; redução na taxa média de câmbio; término da redução temporária das alíquotas do IPI - Automóveis a partir de 31 de março de 2010; crescimento de diversos setores: fabricação de equipamentos de informática, eletrônicos e ópticos, comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas, comércio atacadista, fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos, fabricação de veículos (exceto automóveis), fabricação de celulose, papel e produtos de papel e etc. Por fim, cabe destacar que o desempenho decorreu, também, do término das desonerações tributárias em 2010, relativas a móveis e a eletrodomésticos.

1. Pesquisa Mensal do Comércio



Fonte: RFB (Boletim Análise da Arrecadação das Receitas Federais)

Arrecadação Bancária

tem crescimento real de 8,8% no acumulado de janeiro a setembro de 2011

No acumulado dos nove primeiros meses de 2011 as receitas referentes à arrecadação, vinculadas à Previdência Social e apuradas mediante o acompanhamento diário de recebimentos de recursos financeiros no caixa do INSS, tiveram crescimento nominal de 10,1%. Se considerarmos a inflação do período, ou seja, apurando o valor em termos reais¹, verifica-se um aumento de 3,0%. Os recebimentos de caixa, que no acumulado de 2010 somaram R\$ 234,86 bilhões, aumentaram para R\$ 258,51 bilhões em 2011 (ver Tabela).

As Receitas Previdenciárias Próprias (Recebimentos Próprios Diretos) alcançaram a cifra de R\$ 189,24 bilhões no acumulado de 2011. Deduzidas as Transferências a Terceiros, iguais a R\$ 18,75 bilhões, apuram-se as Receitas Próprias Líquidas (RPLs) no valor de R\$ 170,49 bilhões. Se comparadas com o acumulado de 2010, quando as RPLs totalizaram R\$ 146,28 bilhões, o crescimento nominal foi de 16,6%, e o real, de 9,1%.

A Arrecadação Bancária, rubrica mais significativa das Receitas Previdenciárias Próprias, também teve incremento nominal de 16,2% e real de 8,8%, comparando-se o total acumulado de janeiro a setembro de 2010 com o de 2011.

1. Os valores reais foram atualizados mensalmente pelo INPC a preços de setembro de 2011.

Em valores monetários correntes, passou de R\$ 146,88 bilhões para R\$ 170,66 bilhões. Em 2010 ela representava 62,5% das receitas próprias e, em 2011, o percentual aumentou para 66,0%.

O Simples Nacional - regime tributário diferenciado, simplificado, previsto na Lei Complementar (LC) nº 123 de 2006, aplicável às microempresas e às empresas de pequeno porte, a partir de julho de 2007 - equivaleu, no acumulado de janeiro a setembro de 2011, a 7,8% dos Recebimentos Próprios. No mesmo período de 2010, esse percentual foi um pouco menor, correspondendo a cerca de 7,4%.

Já os recursos provenientes do Orçamento da Seguridade Social (Transferências da União) somaram, no acumulado de 2011, o equivalente a R\$ 46,51 bilhões, valor superior ao de 2010 (R\$ 43,36 bilhões). Em termos nominais houve um aumento de 7,3% e, considerando a inflação, um valor muito similar, com aumento de apenas 0,4%.

A Cofins/LOAS, rubrica que suporta o pagamento de benefícios pelo INSS, representou, nos nove primeiros meses de 2011, 40,9% do total repassado pelo Ministério da Fazenda. Em valores nominais houve aumento no valor recebido de 9,5% em relação ao acumulado de 2010. Já em valores reais o acréscimo foi de 2,5%.

Sob a ótica das Despesas Totais (Pagamentos), o acumulado de janeiro a setembro de 2011 somou

R\$ 251,58 bilhões, o que expressa um aumento nominal de 10,0% e um crescimento real, pelo INPC, de 3,0%, haja vista que em 2010 o valor acumulado no período foi de R\$ 228,76 bilhões.

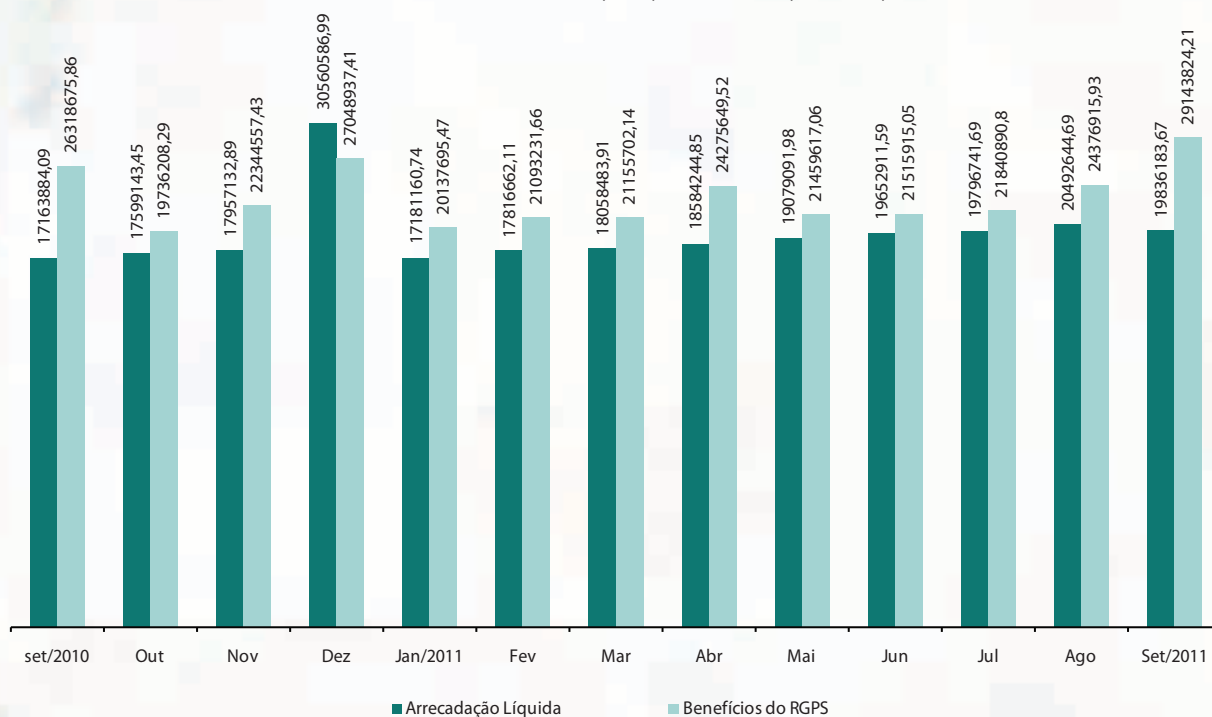
A diferença entre as Receitas Próprias Líquidas² do INSS e o total de benefícios do RGPS foi de R\$ 34,50 bilhões negativos em 2011. O saldo teve variação real de 18,1%, considerando a inflação

medida pelo INPC do período. Já que em 2010 essa mesma diferença foi de R\$ 39,44 bilhões negativos. É importante ressaltar que esse resultado não computa nenhuma outra receita do Orçamento da Seguridade Social, o qual se mantém superavitário.

Por fim é importante ressaltar que, mesmo diante dos efeitos da crise europeia, a Receita Previdenciária segue apresentando resultados satisfatórios, principalmente com o aumento das ocupações formais (novos postos e outros saindo da informalidade).

2. Receitas Próprias Líquidas correspondem a Receitas Previdenciárias Próprias deduzidas as Transferências a Terceiros.

EVOLUÇÃO MENSAL DA ARRECADAÇÃO LÍQUIDA E DA DESPESA COM BENEFÍCIOS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RGPS) - 2010/2011 - (em R\$ mil)



Fonte: MPS (Boletim Estatístico da Previdência Social - vol. 16 nº 09 e vol. 15 nº 9)

Fluxo de Caixa do INSS – janeiro a setembro de 2011

DISCRIMINAÇÃO	em R\$ mil correntes	
	acumulado 2011	acumulado 2010
1. SALDO INICIAL	4.691.497	4.174.157
2. RECEBIMENTOS	258.511.630	234.857.171
2.1 Próprios	189.244.068	162.080.307
- Arrecadação Bancária	170.655.936	146.878.287
- Arrecadação SIMPLES (1)	42.905	85.388
- Arrecadação SIMPLES NACIONAL (1)	14.695.839	12.033.450
- Arrecadação REFIS	91.284	95.915
- Arrecadação FNS / Comprev / Dec.6.900/09 (1)	1.419	825
- Arrecadação Lei nº 11.941/09	2.769.451	1.570.733
- Arrecadação FIES (1)	290.618	397.192
- Depósitos Judiciais	900.046	1.259.779
- Ressarcimento de Arrecadação	-766	-16.913
- Restituições de Arrecadação	-202.664	-224.348
2.2 Rendimentos Financeiros	144.656	-192.741
- Remuneração s/ Arrecad. Bancária	1.838	1.064
- Rendimentos Aplicações Financeiras	142.818	-193.805
2.3 Outros	453.409	188.938
2.4 Antecipação da Receita (Tesouro Nacional)	22.154.611	29.419.185
2.5 Transferências da União	46.514.886	43.361.482
- Recursos Ordinários	655.318	1.831.660
- Concursos e Prognósticos	147.135	176.851
- Operações de Crédito Externa	10	4.085
- Contribuição Social sobre o Lucro	7.091.120	6.340.666
- COFINS e Contribuição do Plano de Seguridade Social Servidor	12.364.671	11.051.840
- Contribuição Provisória s/ Mov. Financeira	0	17.092
- Recursos Ordinários / COFINS - TRF	5.594.288	5.747.290
- Juros de Mora da Receita Adm. Pela SRF	365.499	-
- Contribuição Social sobre o Lucro - Contrapartida	-1	-
- Receitas de Honorários de Advogados	375.946	-
- COFINS - EPU	906.323	823.001
- COFINS/LOAS	19.014.577	17.368.996
3. PAGAMENTOS	251.578.609	228.755.720
3.1 Pagamentos do INSS (2)	232.832.666	212.959.578
3.1.1 - Total de Benefícios	225.606.706	204.171.839
3.1.1.1 - Total de Benefícios Pagos (a + b)	224.447.965	203.044.921
a) Benefícios Previdenciários	204.999.442	185.728.851
- Benefícios - INSS	198.065.638	178.605.364
- Sentenças Judiciais - TRF	5.594.288	5.747.290
- Sentenças Judiciais - INSS	368.935	432.464
- Comprev (3)	970.581	943.733
b) Benefícios não Previdenciários	19.448.524	17.316.070
- Encargos Previdenciários da União - EPU	891.336	769.689
- Amparos Assistenciais - LOAS	18.557.188	16.546.381
3.1.2 - Devolução de Benefícios	-1.158.741	-1.126.918
3.1.3 Pessoal	6.652.817	6.528.441
3.1.4 Custeio	1.731.884	3.386.216
3.2 Transferências a Terceiros	18.745.943	15.796.142
4. TAXA DE ADMINISTRAÇÃO SOBRE OUTRAS ENTIDADES	386.006	323.223
5. Saldo Previdenciário (Arrec. Líquida - Benef. Previdenciários)	-34.887.323	-39.767.909
6. Saldo Arrecadação Líquida - Total de Benefícios Pagos	-54.335.846	-57.083.979
7. Saldo Operacional (Receita Total - Pagamento Total)	6.933.021	6.101.452
8. Saldo Final	11.624.518	10.275.609

Fonte: Divisão de Programação Financeira do INSS. Boletim Estatístico da Previdência Social, vol. 16, nº 9 e vol. 15 nº 9.

(1) Recursos transferidos pela União. (2) Inclui valores de benefícios devolvidos. (3) A partir de 2008 o valor da compensação previdenciária foi contabilizado em separado.

Notas: 1. A conta Transferência à Terceiros engloba as contas de transferências de recursos ao SENAR, SENAI, SESI, etc.

2. Arrecadação Líquida corresponde a Recebimentos Próprios menos Transferências a Terceiros.

3. Os valores de Benefícios Previdenciários incluem: provisionamento da maquiagem, empresas convenentes, benefícios no exterior, COMPREV, sentenças judiciais, reembolso de salário-família e maternidade e RPB (auxílios).

4. Dados preliminares, sujeitos a alterações.

Obs.: (*) o valor de despesa com custeio relativo ao mês de julho de 2011 e publicado no BEPS do mês anterior foi retificado após a elaboração do fluxo de caixa do INSS de agosto de 2011 e seu valor foi retificado nessa edição.



Tributação & Democracia

na era da informação



Eurico Marcos Diniz de Santi
Professor e coordenador do
Núcleo de Estudos Fiscais da
Direito GV

“Tributação & Desenvolvimento” não é uma nova Dogmática, nem uma Escola, tampouco uma doutrina que pretende inovar e encontrar novas respostas para os velhos e conhecidos problemas do nosso sistema tributário. Pensar “Direito & Desenvolvimento” implica colocar-se diante da seguinte pergunta: como pode o Direito colaborar no desenvolvimento econômico e social do Brasil? Representa, pois, resgatar a importância do Direito, dos juristas, da dogmática jurídica, dos contadores e dos auditores-fiscais na autoria do design e na proposição de políticas públicas. Importa, assim, mudar de atitude em relação ao direito: não basta entender e sistematizar o direito, também é necessário pensar e propor soluções práticas que possam superar os problemas que envolvem e desgastam, invariavelmente, a relação entre fisco e contribuinte. O que se pretende é sistematizar problemas concretos, identificar gargalos institucionais e propor soluções viáveis para os nós fiscais que inibem o desenvolvimento nacional, mediante pesquisa empírica aplicada à prática do dia a dia. Agir na reflexão “Direito & Desenvolvimento” exige, pois, aprender a entender o passado e o presente para propor o futuro do direito. Eis, talvez, nossa principal missão: sair da postura de intérpretes dos caprichos e conjunturas do passado

para nos tornarmos protagonistas das demandas da sociedade brasileira do futuro; afinal, não é para isso que serve o Direito como instrumento de mudança do comportamento social?

Segundo DAVID TRUBEK¹, idealizador do movimento “Direito & Desenvolvimento”, há dois grandes problemas que atingem o direito tributário brasileiro: o primeiro refere-se à desconexão entre, normas, práticas jurídicas e objetivos globais estabelecidos para políticas públicas (TRUBEK associa esta desconexão à força que o paradigma legalista adquiriu no Brasil); o segundo, é político e diz respeito ao déficit de democracia provocado pela dificuldade de o Poder Legislativo entender e superar os problemas da complexidade do Sistema Tributário de modo a encontrar soluções adequadas.

Tais desafios exigem a necessidade de propor-se soluções regulatórias que reconstruam nossa democracia de baixo para cima, exigindo maior atividade da sociedade organizada. Surge, aqui, o agente estratégico para promover mudanças no Sistema Tributário Nacional: a Administração Tributária. Não adianta mudar a lei ou a Constituição se não alteramos a forma de interpretar ou aplicar a lei. Não dá para esperar que a sociedade mude sozinha, alguém precisa guiar esse processo: desse modo, seja por desígnio constitucional, seja por expertise técnica, o Fisco é o agente central para propiciar a transparência e a democratização que a modernidade exige do atual Sistema Tributário. Nesse

1. David Trubek, professor das universidades de Yale e Wisconsin, esteve na FGV e no NEF entre os dias 25 e 29 de outubro de 2010.

sentido, o avanço na tecnologia na Era da Sociedade em Rede oferece instrumentos formidáveis como o (i) SPED (sistema público de escrituração digital), o (ii) uso intensivo da internet e (iii) a inesgotável capacidade de acesso às informações nas nuvens de memória digital, - plataformas de informação - que permitem inovar e revolucionar a eficiência e a prática do sistema tributário, propiciando inimaginável transparência da Administração tributária, da receita e do gasto públicos.

As expressões “sociedade em rede”² e “Estado em rede” foram originariamente utilizadas por Manuel Castells³ e dizem respeito à necessidade de repensar a organização política do Estado no tempo presente, em que descentralização, policentria, horizontalidade, gestão integrada e compartilhada⁴ passam a ser exigências para a constituição de um Estado eficiente e suficientemente poroso à participação social: nessa nova sociedade – profetiza John Braithwaite⁵ (The Australian National University) – não apenas os três poderes formais importam (Legislativo, Executivo e Judiciário), mas também os múltiplos centros titulares de controle (“accountability”) como Sindicatos (em especial, dos auditores-fiscais), ONGs, escolas, centros de pesquisa, imprensa e, em última análise, cada cidadão⁶ conectado na rede pode exercitar seus direitos⁷.

2. “A sociedade em rede, baseada no paradigma econômico-tecnológico da informação, se traduz não apenas em novas práticas sociais, mas em alterações da própria vivência do espaço e do tempo como parâmetros da experiência social. Trata-se de sociedade globalizada e centrada no uso e aplicação da informação mediante complexo padrão de redes interligadas: é nessa sociedade que vivemos e devemos conhecer se quisermos que nossa ação seja ao mesmo tempo relevante e responsável...”. Prefácio de Fernando Henrique Cardoso ao livro “Sociedade em Rede”, de Manuel Castells: A Sociedade em Rede. São Paulo: Paz e Terra, 2001..

3. CASTELLS, Manuel. A Sociedade em Rede. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

4. OLIVEIRA, Gustavo Justino de. Direito Administrativo Democrático. Belo Horizonte: Fórum. 2010.

5. Responsive Regulation and Developing Economies, Elsevier, 2006.

6. JOSÉ RODRIGO RODRIGUES escreve que o desafio atual é repensar o posicionamento do Estado e da sociedade civil. Segundo ele, é preciso deixar de olhar para a vida privada exclusivamente como espaço de disputa entre indivíduos e perceber que há um potencial de colaboração entre sujeitos autônomos capazes de pensar inovações normativas e estabelecer novas práticas tendo em conta o interesse de todos. Trata-se de desmistificar a ideia de que a defesa do interesse público é tarefa exclusiva do Estado e instaurar processos capazes de estabelecer o protagonismo da sociedade civil na solução de problemas comuns. Observe-se que este tema, cada vez mais, alcança posição central em diversas disciplinas. Está, por exemplo, na pauta da discussão sobre problemas relativos a governança corporativa, accountability, atuação de organizações não-governamentais e empresas sociais e “empoderamento” (empowerment) dos cidadãos. Cf. RODRIGUES, J. R. (Prefácio, p. P. XX) in RODRIGUES, J. R.(org.). O Novo Direito e Desenvolvimento- Presente, Passado e Futuro. São Paulo: Saraiva, 2009.

7. UNGER leva a discussão ainda mais a fundo ao chamar atenção para o

Enfim, o fato é que o direito tributário em rede já começou. Iniciou-se na década de 90, com o fim da inflação, o treinamento e a modernização da Receita Federal do Brasil, e com a experiência da inflação e da CPMF, que tornaram o nosso Sistema Bancário um dos mais informatizados e sofisticados do mundo. Começou com a informatização da Declaração do Imposto de Renda Pessoa Física: um “case” brasileiro de sucesso mundial. Iniciou com a LC 105 e a “quebra” do sigilo bancário do contribuinte. Iniciou com a exitosa experiência do SIMPLES NACIONAL, exemplo do federalismo em rede, consolidado, agora, no final dessa década com a implantação do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED)⁸ e formalizou-se, mais recentemente, com a final edição da Lei da Transparência (LC 131), que resgata os laços entre tributação e gasto público – rompendo com essa dualidade bipolar do direito brasileiro – quando determina que todos os entes da Federação disponibilizarão a qualquer pessoa física ou jurídica o acesso a informações referentes à arrecadação e ao gasto público, no momento de sua realização. Na esfera estadual, a governança em rede já é uma realidade, em que os Estados estão se preparando para lançar o SPED 2.0 – a SEFAZ Nacional: constructo em rede viabilizado pela tecnologia de informação que permitirá o fim da guerra fiscal e a reconstrução dos laços federativos pela interatividade das relações entre todos os fiscos estaduais e o contribuinte em um único ambiente, propiciando simplicidade e transparência multilateral dignas dessa era da informação: é o Brasil em ação, na Era da Informação!

fato de que não há aí apenas um obstáculo à participação: o fechamento do debate é também um empecilho à inovação. De acordo com o autor de “The Critical Legal Studies Movement”, as sociedades mais bem sucedidas são aquelas capazes de responder a seus desafios através da criação de novas formas de recombinar crenças e práticas institucionalizadas. Para ganhar a liberdade de criar alternativas originais para a sociedade de modo racional e participativo, é preciso ter a capacidade para imaginar novas possibilidades e conversar sobre elas. Faz-se necessário, portanto, que os interlocutores adentrem em áreas especializadas. A proposta de UNGER para a viabilização de um debate participativo é a criação de um novo estilo de colaboração entre técnicos e cidadãos UNGER, R. M. What Should Legal Analysis Become. New York: Verso. P. 21-22.

8. O Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) visa promover a atuação integrada dos fiscos nas três esferas de governo (federal, estadual e municipal), uniformizar o processo de coleta de dados contábeis e fiscais, bem como tornar mais rápida a identificação de ilícitos tributários. Dentre os benefícios vislumbrados para os contribuintes, com a implantação desse sistema, destaca-se a redução de custos, além de simplificação e agilização dos processos que envolvem o cumprimento de obrigações acessórias. O SPED é composto de vários módulos: Escrituração Contábil Digital; Escrituração Fiscal Digital; Nota Fiscal eletrônica e Conhecimento de Transporte eletrônico, dentre outros.

Legislação

Previdenciária

5ª Edição



Publicação atualizada
até 08/04/2011

Única no país a conter os textos das Leis 8.212 e 8.213, de 24/07/91, atualizados, e as redações originais com os artigos alterados, os acrescentados, os revogados e os vetados. Também está incluído o texto do Decreto nº 3.048, de 06/05/99



Fundação ANFIP de
Estudos da Seguridade Social
www.fundacaoanfip.org.br



Associação Nacional dos Auditores
Fiscais da Receita Federal do Brasil
www.anfip.org.br

Consultas no site: www.fundacaoanfip.org.br

Fundação ANFIP

Nossa MISSÃO

Produzir e disseminar conhecimento na área de seguridade social e tributária, em todo o território nacional, contribuindo para a defesa e a preservação dos direitos sociais e da cidadania.

Nossa VISÃO DE FUTURO

Ser um centro de excelência no conhecimento aplicado às políticas sociais.



Fundação ANFIP de Estudos da Seguridade Social

www.fundacaoanfip.org.br

SBN Quadra 01 Bloco H Edifício ANFIP Sala 45 - CEP 70.040-907 / Brasília - DF

Telefone: (61) 3326-0676 Fax: 3326-0646 / fundacao@anfip.org.br